

Paula de Mello Navarro

Filhos da parentalidade tardia

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Programa de Pós-Graduação
em Psicologia Clínica

Rio de Janeiro

Março de 2018



Paula de Mello Navarro

Filhos da parentalidade tardia

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Terezinha Féres-Carneiro

Rio de Janeiro
Março de 2018



Paula de Mello Navarro

Filhos da parentalidade tardia

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Terezinha Féres Carneiro

Orientadora
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Renata Machado de Mello

CCE – PUC-Rio

Profa. Celia Regina Henriques

CCE – PUC-Rio

Profa. Monah Winograd

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia e Ciências
Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 08 de março de 2018

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Paula de Mello Navarro

Graduou-se em Psicologia e Direito na PUC-Rio. Certificada em Mediação de Conflitos pelo MEDIARE e pelo ICFML. Capacitada em Práticas Colaborativas no Direito de Família e Facilitação de Práticas de Justiça Restaurativa. Psicóloga Escolar. Professora convidada pelo IDD PUC-Rio. Cooordenadora da CMC OABRJ. Enquanto aluna de graduação, fez estágio clínico no SPA da PUC-Rio e atuou como voluntária na área de saúde mental. Foi monitora da disciplina de Psicoterapias e do GIMEC - Grupo Interdisciplinar de Mediação de Conflitos da PUC-Rio. Participou de pesquisa acadêmica na área de casal e família e do TEPP - Tutoria de Ensino e Pesquisa.

Ficha Catalográfica

Navarro, Paula de Mello

Filhos da parentalidade tardia / Paula de Mello Navarro ; orientadora: Terezinha Féres-Carneiro. – 2018.

74 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2018.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Parentalidade tardia. 3. Autonomia. 4. Conflitos. 5. Preocupações. 6. Planejamento I. Carneiro, Terezinha Féres. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Resumo

Navarro, Paula de Mello; Feres-Carneiro, Terezinha. **Filhos da parentalidade tardia**. Rio de Janeiro, 2018. 74 p. Dissertação de – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente dissertação teve como objetivo investigar as repercussões da parentalidade tardia na vida dos filhos, sob a perspectiva dos mesmos, estudando sua infância, adolescência e vida adulta. Está sendo apresentada em formato de dois artigos; no primeiro são discutidos os resultados referentes à infância e à adolescência, e, no segundo, aqueles relacionados à idade adulta. Participaram seis sujeitos, entre 25 e 29 anos, sendo dois casados e quatro solteiros, sem filhos, que nasceram quando ao menos um de seus pais tinha mais de 40 anos. Para a avaliação das entrevistas, foi utilizado método de análise de conteúdo, proposto por Bardin (2011), na sua vertente categorial. Do material obtido, emergiram as categorias: *convivência familiar; desencontros geracionais; liberdade e autonomia; conflitos; saída de casa; preocupações filiais e expectativas parentais; planejamento de futuro*. Constatou-se que, os filhos tardios valorizam a história de vida dos pais mais velhos, porém reconhecem que a diferença geracional pode se traduzir em conflitos e em uma relação de mais respeito e distância afetiva, em dificuldade de compreensão cultural e em práticas educativas distintas da tendência atual. A metade dos entrevistados afirma ter tido na infância e adolescência maior convivência com o grupo familiar do que com amigos de sua idade e percebia-se como muito maduro em relação a seus pares. O envolvimento nos litígios conjugais dos pais também se fez presente em mais da metade dos relatos. Todos os participantes relataram dificuldade na saída da casa dos pais, seja por parte deles ou de seus progenitores. As preocupações dos filhos tardios configuram-se em torno da saúde e solidão dos pais, e o relacionamento e a felicidade dos mesmos. Nos planejamentos futuros, há a marca de um adiamento quanto a possíveis afastamentos; aparece o desejo de formar família e de ter mais de um filho; e a vontade de que os pais participem de rituais de passagem como o casamento e convivam com os futuros netos.

Palavras-chave

Parentalidade tardia; convivência familiar; autonomia; conflitos; preocupações; planejamento.

Abstract

Navarro, Paula de Mello; Feres-Carneiro, Terezinha (Advisor). **Children of late parenting**. Rio de Janeiro, 2018. 74 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The aim of this dissertation was to investigate the repercussions of late parenting on the children's lives, from their perspective, studying their childhood, adolescence and adult life. It is being presented in two articles format; the first one discusses the results referring to childhood and adolescence, and the second those related to adulthood. Six subjects, between 25 and 29 years old, two of them married and four unmarried, who were born when at least one of their parents was over 40 years old. To evaluate the interviews, it was used the method of content analysis, proposed by Bardin (2011), in its categorical aspect. From the material obtained, the categories emerged: *family living; generational mismatches; freedom and autonomy; conflicts; leaving home; filial concerns and parental expectations; future planning*. It was found that late children value the life history of older parents, but recognize that the generational difference can be translated into conflicts and a relationship of more respect and affective distance, difficulty in cultural understanding and in different educational practices of the current trend. Half of the interviewees affirm that they had, on their childhood and adolescence, more time with the family group than with friends their age, and perceived themselves as very mature in relation to their peers. Involvement in marital disputes of their parents was also present in more than half of the stories. All participants reported difficulty in leaving their parents' home, either by themselves or their parents. The preoccupations of the later children are based around the health and loneliness of the parents, and the relationship and the happiness of the same. In future planning, there is the mark of a postponement regarding possible departures; the desire to form a family and to have more than one child appears; and the willingness of parents to participate in rituals of passage such as marriage and cohabit with future grandchildren.

Keywords

Late parenting; family living; autonomy; conflicts; concerns; planning.

Sumário

1 – Introdução	7
2 – Filhos da parentalidade tardia: autonomia e conflitos.....	9
2.1 – Método	18
2.2 – Resultados e Discussão	19
2.3 – Considerações Finais	32
3 – Filhos da parentalidade tardia: transição e planejamento futuro de jovens adultos.....	34
3.1 – Método	42
3.2 – Resultados e Discussão	43
3.3 – Considerações Finais	56
4 – Conclusão	59
5 – Referências Bibliográficas	62
Anexo 1 – Roteiro de Entrevista	65
Anexo 2 – Questionário sobre a Parentalização	66
Anexo 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	70

1. Introdução

A ideia da presente dissertação surgiu a partir de um estudo sobre o fenômeno da parentalização, quando os filhos assumem funções parentais na dinâmica familiar, mais especificamente da leitura de *Lost Childhoods* de Jurkovic (1997). Nesse livro, o autor enumera diversos fatores, como: contexto cultural; famílias grandes; ordem de nascimento; configuração monoparental; conflitos no casamento ou recém divórcios; adoecimento dos pais; nível de pobreza; entre outros, que propiciam o advento da parentalização, definindo inclusive “níveis” ou escala para ela. Desse modo, o autor identifica quatro modelos principais de cuidado dos filhos no meio familiar. O primeiro refere-se à parentalização destrutiva, em que jovens manifestamente assumem responsabilidades, excessivas e inapropriadas para seu desenvolvimento, que violam seus limites pessoais e familiares. O segundo diz respeito à parentalização adaptativa e não destrutiva, em que o papel atribuído não é cativado e o jovem recebe suporte e tratamentos justos de suas famílias e da sua comunidade sociocultural como um todo. No terceiro, a não-parentalização saudável, há um comprometimento moderado com o cuidado, conforme a expectativa cultural e de desenvolvimento, tendo seus esforços reconhecidos e supervisionados. O quarto corresponde à infantilização, na qual os pais atendem excessivamente as demandas dos filhos e esperam da criança comprometimento mínimo ou inexistente no cuidado.

Assim, tal leitura suscitou a curiosidade e o interesse de pensar sobre o possível aparecimento da parentalização na parentalidade tardia, que pressupõem o nascimento de um filho quando ao menos um de seus pais tinha mais 40 anos, haja vista que, na sociedade contemporânea, é cada vez mais comum que os casais adiem o projeto parental, por diversos fatores, como a disposição de um conjunto de recursos materiais, psicológicos e sociais, o contexto socioeconômico-cultural, o impacto do nascimento do filho na carreira, a falta de estabilidade financeira dos pais mais jovens e o desejo de permanecer em liberdade. Para além disso, tanto nos recasamentos, tão frequentes nos dias de hoje, quanto dentro do mesmo par parental, muitos casais retomam o projeto parental em seu (novo) núcleo, contribuindo também para a maior incidência de pais mais velhos na família.

Nesse sentido, partiu-se da ideia de que é natural e suposto que, com o envelhecimento dos pais, os filhos assumam papéis parentais, no sentido de tornarem-se cuidadores e atentos às necessidades de seus progenitores. No entanto, na parentalidade tardia há um desencontro do ciclo vital “tradicional”, demarcado pelas etapas desenvolvimentais, correspondentes ao nascimento, crescimento, entrada no mercado de trabalho, saída de casa (para os filhos); ascensão profissional, aposentadoria, saída dos filhos de casa e envelhecimento (para os pais). Nesse contexto, possivelmente, os filhos irão cercar-se de preocupações/ temas de outra faixa etária, tornar-se mais cuidadores e sentir-se mais responsáveis.

Em pesquisas sobre a temática da parentalidade tardia, observou-se que o material estudado sobre o tema era escasso, em especial, quando se tratava da perspectiva dos filhos sobre estarem inseridos nesse contexto. Na proposta inicial, pretendia-se avaliar a possibilidade de parentalização no referido contexto. Todavia, apesar de os participantes terem respondido ao “Questionário sobre a Parentalização”, os dados coletados por meio do mesmo não puderam ser interpretados e discutidos, tendo em vista o prazo de entrega para a presente dissertação, mas serão objeto de um próximo estudo.

Dessa forma, o estudo sobre o fenômeno da parentalização tornou-se secundário, e esta teve, então, o objetivo de investigar as repercussões da parentalidade tardia na vida dos filhos, sob a perspectiva dos mesmos, observando sua infância, adolescência e vida adulta. Ela será apresentada em formato de dois artigos intitulados: “Filhos da parentalidade tardia: autonomia e conflitos” e “Filhos da parentalidade tardia: transição e planejamento futuro de jovens adultos”.

2. Filhos da parentidade tardia: autonomia e conflitos

Resumo

O presente estudo tem como objetivo investigar a repercussão da parentalidade tardia na infância e adolescência dos filhos, sob a percepção dos mesmos. Foram realizadas entrevistas com seis sujeitos, entre 25 e 29 anos, sendo dois casados e quatro solteiros, sem filhos, que nasceram quando ao menos um de seus pais tinha mais de 40 anos. A partir da análise de conteúdo do material obtido, emergiram as categorias: *convivência familiar*; *desencontros geracionais*; *liberdade e autonomia*; e *conflitos*. Constatou-se que, por um lado, os filhos da parentalidade tardia valorizam a história de vida dos pais mais velhos e atribuem aspectos positivos à parentalidade tardia; por outro, reconhecem que a diferença geracional pode se traduzir em conflitos e em uma relação de mais respeito e distância afetiva, e, além disto, em dificuldade de compreensão cultural e em práticas educativas distintas da tendência atual.

Palavras-chave: parentalidade tardia; convivência familiar; desencontros geracionais; autonomia; conflitos.

Abstract

The present study aims to investigate the repercussion of late parenting in the children and adolescents of the children, under the perception of the same. Six subjects, between 25 and 29 years old, two of them married and four unmarried, who were born when at least one of their parents was over 40 years old, were interviewed. From the content analysis of the obtained material, the following categories emerged: family living; generational mismatches; freedom and autonomy; and conflicts. It was found that, on the one hand, children of late parenting value the life history of older parents and attribute positive aspects to late parenting; on the other hand, they recognize that the generational difference can be translated into conflicts and a relationship of more respect and distance affective, and, in addition, in difficulty of cultural understanding and educational practices distinct from the current trend.

Key words: late parenting; family living; generational mismatches; autonomy; conflicts

Os conceitos de maternidade e paternidade vêm sendo reformulados de maneira gradual, mas, a princípio, os membros de uma família desempenham papéis determinados. Os pais ocupam um lugar de poder, cuidado e sustento, e têm um papel importante na formação da identidade de seus filhos. Esses, por sua vez, detêm o lugar da dependência financeira e afetiva (Wagner, Predebon, Mosmann & Verza, 2005).

Na sociedade contemporânea, é cada vez mais comum que os casais adiem o projeto parental, muitas vezes, fundamentados na “parentalidade consciente”, ou seja, optam por tornarem-se pais a partir da disposição de um conjunto de recursos materiais, psicológicos e sociais (Leal & Pereira, 2005). Em um estudo com primíparas tardias, Carolan (2005) observa outros fatores que contribuem para esse fenômeno, como o contexto socioeconômico-cultural, o impacto do nascimento do filho na carreira, a falta de estabilidade financeira dos pais jovens e o desejo de permanecer em liberdade. São razões que também podem justificar a escolha de homens por adiar a parentalidade. Osorio (2002) aponta o prolongado investimento na formação acadêmica e a dificuldade em entrar no mercado de trabalho como fatores que dificultam os jovens de assegurarem o seu próprio lar e família sem o suporte dos pais. Além disso, outro fator que contribui para o maior número de pais mais velhos na atualidade é a retomada do projeto parental no mesmo casal conjugal ou em recasamentos.

Historicamente, o lugar da maternidade e da paternidade sofreu mudanças no cenário familiar e, da mesma forma, foi ressignificado o espaço da criança nele. Ariès (1978) afirma que ela passou de um anonimato quase total, em que era vista com indiferença pela sociedade, para ocupar um lugar importante e central na estrutura familiar. O autor afirma que até o século XVII, ela ocupava um papel periférico, pois não havia espaço para a particularidade infantil, distinguida do mundo do adulto. As crianças assumiam posições de poder em idade prematura, o que as impulsionavam para a vida adulta também muito cedo. Além disso, essa indiferença em relação a esse período do desenvolvimento se justifica na demografia da época: nasciam muitas crianças, mas apenas algumas sobreviviam. Assim, mantinham-se em um lugar anônimo e imutável (Zornig, 2008). Apenas

no final desse século, surge o sentimento de infância, quando a criança começa a ganhar central importância no grupo familiar.

Do final do séc. XVIII até início do séc. XX, na família moderna, as figuras da criança, da mulher e do homem sofreram significativas modificações. O número de membros familiares se reduz e a família se condensa em torno do núcleo pais e filhos. Os deslocamentos de lugares e funções, assim como a determinação de um espaço privilegiado no que diz respeito à criança, têm implicações na trama familiar e afetiva que se desenrola entre os indivíduos do grupo, de forma que a família se torna um lugar de circulação de afeto (Passos, 2015).

Sob a lógica capitalista e com a globalização, ao final do séc. XX, surgem as novas configurações familiares, flexíveis e descontínuas, características da família contemporânea. A conjugalidade perdeu a característica da indissolubilidade e a forma de se relacionar também mudou. Nesse sentido, Féres-Carneiro e Magalhães (2011) apontam que as relações amorosas se tornaram efêmeras, superficiais e descartáveis, com busca por liberdade e priorização de um certo hedonismo.

Ponciano (2015) explica que a influência do individualismo levou a uma relação parento-filial paradoxal, em função da autonomia adquirida pelos filhos. Essa ideologia traz a valorização do sujeito psicológico, independentemente da sua posição na família, de forma que o relacionamento entre pais e filhos também se torna mais fluido, o que transforma a intimidade e aproxima tais vínculos.

Não havendo rigidez na divisão de papéis e responsabilidades na família, as decisões passam a ser tomadas em conjunto, relativizando a autoridade paterna, que ganha circulação e transforma o poder imposto em poder negociado. Araújo (2009) enfatiza que a adoção de práticas educativas democráticas não está associada ao abandono da autoridade, e sim à negociação, ao diálogo e ao respeito mútuo na interação entre pais e filhos. Dessa forma, a resolução dos conflitos e divergências se dá a partir do diálogo, de maneira que cada membro familiar possa exercer seu poder de argumentação, liberdade e individualidade.

Para Vasconcelos e Souza (2006), as práticas educativas diante dos conflitos podem ser coercitivas ou não coercitivas, mas ambas possuem a finalidade de comunicar à criança o desejo dos pais de que ela os obedeça,

modificando seu comportamento tido como inadequado. Entre essas encontra-se o diálogo, que tem como objetivo atentar para os aspectos lógicos da situação em questão, como conversar sobre o comportamento dos filhos e suas as consequências, esclarecendo regras e valores, e explicando possíveis implicações negativas de suas ações sobre os outros. Dentre aquelas, encontram-se a punição verbal, ameaça de punição, privação ou castigo, coação e punição física. Ceconello, De Antoni e Koller (2003) ressaltam, no entanto, que as relações intrafamiliares sofreram modificações na contemporaneidade e que comportamentos que antes eram esperados e culturalmente aceitos, tal como a utilização de punição física na educação das crianças, são, hoje, coibidos inclusive na lei.

Reichert e Wagner (2007) enfatizam a importância do desenvolvimento da autonomia na adolescência e explicam que as práticas educativas podem facilitar ou dificultar a aquisição desta competência, entendida nesse contexto como a habilidade de refletir sobre os seus atos, definir metas, tomar decisões e agir por conta própria. As autoras ressaltam ainda, que o caminho para tornar-se autônomo, envolve transformações no âmbito familiar, que podem gerar também dificuldade ou resistência nos pais de aceitarem esse processo.

Segundo Andrada e Irigonhe (2008), o equilíbrio entre a proteção excessiva e a falta de cuidado familiar deve existir em um ambiente seguro para o desenvolvimento dos filhos, favorecendo que o indivíduo consiga se diferenciar e ter relações sociais mais adaptativas. A diferenciação diz respeito à separação emocional e intelectual de sua família de origem, que torna o indivíduo autônomo.

Todavia, o processo de diferenciação não é uma tarefa simples. Bowen (1979) evidencia o medo do abandono e da absorção (ansiedade de separação e de incorporação) nos membros familiares integrantes dos sistemas emaranhados, ou seja, em que as fronteiras não são bem delimitadas, podendo acionar mecanismos de defesa, como a triangulação.

Minuchin (1974) entende as fronteiras como representação dos limites emocionais e psicológicos, ou regras tácitas que definem as diferentes relações familiares. Muitos teóricos da família consideram que a manutenção das fronteiras intergeracionais é essencial para a saúde global do sistema familiar e de seus

membros enquanto indivíduos (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1984; Bowen, 1978; Jurkovic, 1997; Minuchin, 1974).

Bowen (1978) desenvolveu conceitos importantes para a compreensão do sistema emocional da família como rede multigeracional de relacionamentos que molda a interação entre individualidade e proximidade. Identifica duas variáveis que exercem influência sobre o sistema emocional humano: a diferenciação do self e a ansiedade. O fenômeno da triangulação pode gerar ansiedade, mas pode também equilibrar o estresse na relação. O padrão de funcionamento de um triângulo é o mesmo em todo sistema emocional: quanto mais baixo o nível de diferenciação e quanto mais importante a relação, mais intensos os padrões; em níveis mais elevados de diferenciação e em relações mais periféricas, os padrões ficam menos intensos. Apesar de comum em sistemas familiares, quando o grupo está livre de ansiedade, os triângulos podem não ser observados.

Em sua teoria, o autor descreve a família como uma “massa de ego indiferenciada” que opera em arranjos triangulares como um sistema emocional. A partir da projeção familiar, os problemas parentais são transferidos para a criança que, por estar tão fundida emocionalmente com um dos pais, acaba adquirindo e manifestando sua ansiedade, sendo uma forma de poupar os pais das suas próprias ansiedades indiferenciadas. Famílias com maior senso de diferenciação apresentam menos disfunções do que aquelas com baixo grau de diferenciação.

De acordo com Minuchin (1982), a triangulação é como uma tríade inflexível que desafia os limites das fronteiras. O autor define as díades como subsistemas: mãe-filho, pai-filho e mãe-pai e afirma que, em famílias disfuncionais, as fronteiras entre os subsistemas parental e filial encontram-se difusas de forma que a fronteira que abrange a tríade pais-filho adquire uma rigidez inadequada. Seria, então, necessário redefinir as fronteiras e as hierarquias geracionais para que o sistema se flexibilize. Assim, a triangulação deve ser considerada como o resultado da escassez de fronteiras demarcadas.

Para Bowen (1979), esse fenômeno ocorre pelo fato de a díade experimentar desejos e necessidades que o outro não satisfaz. Dessa forma, na tentativa de amenizar o desconforto, o indivíduo pode afastar-se e buscar um terceiro indivíduo para absorver sua ansiedade, aliviando sua tensão, ou

aproximar-se e aceitar o controle do outro através de suas exigências. Em ambos os casos, não há o enfrentamento das dificuldades e a compreensão das diferenças. São ciclos de aproximação e distanciamento que acontecem no par conjugal devido à incapacidade de lidar com as ansiedades e as tensões geradas, tanto pelo medo de ser absorvido pelo cônjuge na falta de limites, quanto pela ansiedade de separação, por se distanciarem excessivamente como defesa a essa aproximação extrema. Assim, quando a ansiedade se torna intensa e o casal não encontra recursos para superá-la, ela é repassada para os filhos.

No âmbito do conflito conjugal, é importante considerá-lo também enquanto ambiente do desenvolvimento dos filhos e o possível envolvimento dos mesmos. Winnicott (2005) ressalta que o desenvolvimento é um processo contínuo e interdependente desde antes até do nascimento. Defende que as condições ambientais são condicionais para a experiência de um ser total, social, pertencente à comunidade e preservado em sua autonomia. Winnicott (1988) afirma ainda que é mais provável a criança suportar ou se restabelecer dos efeitos da morte de um dos pais do que das complicações provocadas pelas dificuldades emocionais entre os membros do casal conjugal.

Para Palermo, Magalhães, Féres-Carneiro e Machado (2016), o ambiente conjugal dos pais é parte do ambiente facilitador do processo de maturação do filho, considerando que a conjugalidade dos pais repercute no processo de integração psíquica do sujeito. Postulam que uma conjugalidade psiquicamente precária repercute sobre a parentalidade, interferindo na construção do sentido de existência do filho. As autoras explicam também que as crianças que passam por desafios na interação com pais inseguros ou angustiados, muitas vezes, têm dificuldade no contato com a realidade externa, podendo representar, em termos winnicottianos, uma ameaça “da perda da capacidade de se relacionar” (Winnicott, 1990), ligada ao conflito entre a busca do amor e a necessidade de manter algum isolamento.

Em consonância, Dolto (1988) ressalta ser inevitável a vivência de ameaça na coesão psíquica da criança que percebe o estado conflituoso vivido entre os pais. Quando a criança não consegue distinguir entre os compromissos recíprocos da relação conjugal dos pais e os compromissos parentais, emergem sentimentos de desamparo e angústia. Bowlby (1969/1990) postula, a partir da Teoria do

Apego por ele formulada, que a preocupação da criança com a sua segurança emocional, diante das situações conflituosas, exerce influência sobre a regulação de suas emoções e sobre a maneira como enfrenta o episódio, o que, por sua vez, interfere no seu bem-estar emocional e nas relações que irá estabelecer no futuro.

Por outro lado, Benetti (2006) e Cummings (1998) pontuam que os conflitos conjugais podem constituir um aspecto positivo no processo de desenvolvimento infantil, em termos de amadurecimento emocional e cognitivo, quando as crianças percebem que os adultos são capazes de discordar e superar as dificuldades encontradas. Os efeitos negativos dos conflitos estariam relacionados a determinadas características como frequência, intensidade, conteúdo, e forma de resolução dos conflitos.

Para Cummings, Goeke-Morey, Papp e Dukewich (2002), os sentimentos dos filhos diante de situações de conflito também dependem de como os pais se comportam diante dos problemas. Em pesquisa com 51 casais sobre como agem em situações de conflito e quais as reações de seus filhos de quatro a onze anos de idade, percebem que os filhos se sentem mais inseguros quando os pais demonstram medo durante os conflitos. Além disso, as crianças apresentam mais insegurança diante de expressões de raiva por parte dos pais e de tristeza por parte das mães.

Raposo, Figueiredo, Lamela, Nunes-Costa, Castro e Prego (2011) pontuam que quando os problemas conjugais afetam a parentalidade, o funcionamento psicológico da criança pode ser afetado. Ainda, esses conflitos podem interferir na qualidade do comportamento parental e, estando as crianças envolvidas, pode ocorrer uma deterioração do relacionamento pais e filhos.

No mesmo sentido, Grych e Fincham (1990) afirmam que as características da relação conjugal influenciam diretamente a disponibilidade afetiva e física dos pais no cuidado e no envolvimento com os filhos e que os conflitos entre o casal ocasionam uma deterioração das relações parento-filiais. Além disso, a presença infantil no conflito conjugal gera na criança intenso sofrimento psíquico e estresse, levando a alterações emocionais e fisiológicas (El-Sheik & Harger, 2001). Há um esforço da criança para regular as relações parentais disfuncionais, numa tentativa de diminuir a tensão familiar.

Féres-Carneiro (2005) ressalta que a comunicação entre os membros da família é um fator de extrema importância na determinação da saúde emocional do grupo. Dessa forma, o subsistema conjugal pode, a partir de sua interação, repercutir no desenvolvimento emocional de todos os membros da família, fomentando a criatividade e o crescimento de todos os membros, ou estabelecendo padrões comportamentais dificultadores desse processo.

Segundo Eggebeen e Zarit (1995), a relação entre pais e filhos ocorre em duas direções: filhos providenciam apoio aos pais, que por sua vez continuam a dar apoio aos filhos, mesmo depois de adultos. À medida que os pais envelhecem, a reciprocidade de apoio vai sendo cada vez menor. Nesse sentido, os filhos da parentalidade tardia convivem com pais mais velhos desde seu nascimento. Como postulado por Bowlby (1998), o medo da morte dos pais está relacionado com o sentimento de vulnerabilidade e ameaça de abandono – angústia de separação, que possivelmente estará presente desde muito cedo nos filhos tardios.

Bucher-Maluschke (2008) explica que as vivências de cada geração têm importante repercussão para a compreensão das questões intergeracionais e transgeracionais. Afinal, o sujeito é não apenas produto da herança que ele recebe do contexto em que sua família está inserida no momento de seu nascimento e desenvolvimento, mas também das heranças ocorridas no interior de sua família, conjunto que necessariamente contribuirá para a formação de sua identidade.

Brown (1995) entende que o movimento desenvolvimental em um sistema inclui tanto crises normativas quanto eventos situacionais que interrompem o processo de ciclo vital familiar. Já o movimento transgeracional implica em padrões de funcionamento e relacionamento, fundamentados nas experiências familiares anteriores, transmitidos ao longo das gerações.

Dessa forma, o estudo das transmissões psíquicas implica na compreensão dos modelos familiares e sociais experimentados historicamente. Esses modelos exercem forças invisíveis que mobilizam as pessoas a partir de fenômenos de lealdades, valores, mitos, ritos e legados (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1984; Boszormenyi-Nagy & Krasner, 1986). Ainda que esses padrões possam não apenas serem repetidos, mas também contrariados ou transformados, essas alternativas partem invariavelmente dos exemplos de relação conhecidos.

Kaës (1998) diferencia as possibilidades de transmissões psíquicas, que podem ocorrer pela transmissão intergeracional ou transgeracional. Na primeira, o sujeito tem a capacidade de transformar a sua herança, o que garante a historização do sujeito, a nomeação e a filiação. As gerações se mantêm interligadas, respeitando a posição individual de cada membro da família e dando lugar à elaboração e transformação simbólica. Na segunda, são transmitidas ao sujeito marcas da ordem de um trauma não elaborado, do não dito de uma história, cuja repetição será imposta. O autor ressalta ainda que a família apresenta um duplo eixo estruturante: o horizontal oferece suporte ao sujeito por meio das identificações mútuas com seus pares e o vertical, da filiação e das afiliações, inscreve o sujeito na sucessão de movimentos de vida e de morte no percurso das gerações.

Sobre a família no estágio tardio da vida, Walsh (1995) explica que a percepção sobre idosos é, normalmente, estereotipada, sendo visto como à margem da sociedade, sem família ou em fuga da mesma, com contatos pouco frequentes, obrigatórios e conflituosos. A autora diz ainda que o bom funcionamento das famílias nesse momento depende de flexibilidade na sua estrutura, papéis e respostas às novas necessidades e aos desafios desenvolvimentais, pois padrões que funcionavam anteriormente podem não ser mais adequados. A presença de sentimento de orgulho pela idade, história e experiência de vida, e capacidade de lidar com as mudanças são fatores essenciais nessa fase.

Na parentalidade tardia, pode ocorrer uma falta de complementariedade quando as necessidades desenvolvimentais forem incompatíveis com os estágios do ciclo vital de cada membro familiar. Por exemplo, pais envelhecendo e se deparando com a deterioração da saúde e finitude, e filhos enfrentando questões de separação, identidade e comprometimento (Walsh, 1995).

Kessler e Staudinger (2007) defendem que a relação entre netos e avós é especialmente importante na adolescência, em que a busca pela identidade induz os jovens a pesquisar o passado, sendo os avós uma ponte direta para as histórias sobre suas origens. Os avós, por meio do afeto e atenção disponíveis, exercem importante função na consolidação de valores culturais e históricos para netos.

Spira e Wall (2006) ressaltam que quando os avós desempenham um importante papel na vida dos jovens, a ameaça e o medo da morte parecem acompanhar-lhes durante a vida, como uma ansiedade antecipatória sobre as possíveis perdas futuras. Os autores pontuam, ainda, que os netos podem sentir-se culpados de exercerem a própria liberdade, adiando os seus planos que exigiriam redirecionamento de atenção e de recursos.

Assim, com o aumento da parentalidade tardia na sociedade contemporânea, torna-se importante conhecer suas repercussões. Aspectos da relação parento-filial, da convivência no sistema familiar e social e do desenvolvimento infanto-juvenil poderiam ser afetados por esse contexto? Na tentativa de responder a essas indagações, o presente estudo tem como objetivo investigar a repercussão da parentalidade tardia na infância e adolescência dos filhos, sob a percepção dos mesmos.

2.1. Método

Participantes

Participaram deste estudo três homens e três mulheres, entre 25 e 29 anos, sendo dois casados e quatro solteiros, sem filhos, que nasceram quando pelo menos um de seus pais tinha mais de 40 anos.

Procedimentos

A pesquisa foi realizada partir de uma metodologia qualitativa, centrada em entrevista semiestruturada, que contemplou temas relevantes concernentes às vivências e repercussões da parentalidade tardia na vida dos filhos, sob a perspectiva dos mesmos.

As entrevistas foram efetuadas individualmente, em local eleito pelos participantes, e tiveram duração média de cinquenta minutos. Elas foram gravadas, transcritas na íntegra e analisadas pelo método de análise de conteúdo (Bardin, 2011). Dentre suas diferentes formas, elegeu-se a análise categorial ou temática, que consiste em organizar e agrupar as mensagens em categorias, estabelecendo núcleos de sentido, organizados a partir da frequência e da semelhança entre os dados significativos contidos no material coletado, que possibilitaram sua discussão com a literatura sobre o tema.

O projeto que deu origem à pesquisa foi aprovado pela Comissão de Ética em Pesquisa da PUC-Rio. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, que explica o objetivo da entrevista e seus procedimentos, permitindo a utilização dos dados em pesquisa e publicação.

2.2. Análise e Discussão dos Resultados

Das entrevistas realizadas emergiram várias categorias de análise. Tendo em vista os objetivos deste trabalho, serão apresentadas e discutidas as seguintes categorias: *convivência familiar; desencontros geracionais; liberdade e autonomia; conflitos*. Para a apresentação dos resultados, os participantes foram nomeados, após as falas, como M (masculino) e F (feminino) e numerados de 1 a 3, tendo suas idades indicadas.

Convivência familiar

Mais da metade dos entrevistados relata que na infância e adolescência tinha maior convívio familiar do que interação com os amigos de sua idade, o que indica um maior foco no grupo familiar do que o olhar mais individualizado e de destaque das crianças.

“Até os meus 15, 16 anos, todas as minhas férias eram em C. (cidade de origem materna). Todas, todas. Acabava minha aula em dezembro e no dia seguinte a gente já tava embarcando.(...) Se falassem ‘Você se arrepende de passar suas férias lá?’ Primeiro, não tenho que me arrepender, minha mãe falava ‘vamos’ e tinha que ir. Mas, segundo, não, conheci outra cultura, era minha família e tal.” (M1, 26 anos).

“Final de semana era muito em função do que meu pai queria fazer. A gente sempre teve casa em angra, desde que eu sou neném, então a gente sempre foi muito pra lá no final de semana. Meu pai adorava e tal. (...) eu sentia falta de ter convívio com outras pessoas e crianças, e depois jovens, e tal. Os meus pais nunca gostavam de chamar ninguém. Meu pai na verdade. Pela minha mãe acho que era mais fácil.” (F2, 28 anos).

“Quando eu era pequeno eu lembro que a gente ia muito pro sítio, muito. Minha mãe adorava passar lá um tempo. No colégio, a gente tava de férias, a gente ia direto para o sítio e ficava lá. Ai, quando eu comecei a crescer, eu lembro que até os 16 anos eu ia muito pro meu sítio. Eu fui uma criança que eu acho que sei lá, minha adolescência foi tardia, porque quando todo mundo já tava indo para shopping com os amigos, para cinema, eu tava indo com a minha família para o sítio, sabe? Todo mundo falava que eu era

meio retardado até os 22 anos. (...) A partir dos 18 anos que eu comecei ficar mais no rio e ir pouco pro meu sitio, ai eu comecei a sair mais com meus amigos.” (M3, 25 anos).

“Na adolescência eu não tinha muita vontade de... por estar muito ali naquele enquadre, eu não tinha muita vontade de sair, de ir em festas. Então eu ficava muito em casa com a minha mãe só.” (F3, 26 anos).

Esses relatos parecem ir de encontro ao que preconiza o individualismo enquanto valorização do sujeito psicológico, incluindo também nessa equação as crianças que, desde a família moderna, ocupam lugar central na vida familiar (Passos, 2015; Ponciano, 2015). Por outro lado, em relação aos pais, estas falas estão de acordo com a tendência contemporânea à priorização da busca pelo prazer (Féres-Carneiro & Magalhães, 2011).

Os mesmos entrevistados afirmam que se sentiam muito maduros para a idade.

“Comecei até a ir ao psicólogo aos 7 anos e eu lembro que ela falou assim, na primeira sessão, falou lá para minha mãe ‘essa menina parece um adulto conversando, então deixa ela ser criança’.” (F3, 26 anos).

“Eu via meus amigos e falava ‘cara, eles são tão infantis’. Eu me sentia, pode ser prepotente, mas eu me sentia muito mais maduro do que os meus amigos.” (M3, 25 anos).

Esse sentimento pode se justificar na maior convivência com membros adultos da família, pois o aparelho psíquico constitui-se não apenas da sua estrutura intrapsíquica, mas é também produto da intersubjetividade e da transmissão intergeracional, que produz funções compatíveis com as demandas próprias do amadurecimento dos sujeitos com que a criança se relaciona (Kaës, 1998).

Por outro lado, os pais de dois entrevistados demonstravam não conceder crédito à fala dos filhos.

“Meu pai sempre me pediu muito ‘olha só, você só pode falar, nessas discussões de família, só pode falar quando você tiver 35 anos, porque antes disso só fala besteira’, tinha muito disso.” (M2, 29 anos).

“Ele falava ‘moleque, o que você sabe disso?’.” (M1, 26 anos).

Esses relatos, mais uma vez, reforçam a possibilidade de essas famílias estarem na contramão da tendência de valorização do sujeito psicológico, independentemente da sua posição na família, e do espaço privilegiado da criança (Passos, 2015; Ponciano, 2015).

Filhos da parentalidade tardia, muitas vezes, não têm oportunidade de conviver com seus avós, ou até o fazem, mas por tempo reduzido, e relatam a importância da lembrança do afeto sentido e do prazer de ouvir sobre as histórias dos avós na fala de seus pais.

“Eu sempre gostei de ouvir as histórias dele (pai). Sempre, sempre. Adorava. Até hoje eu adoro ouvir. Não só as histórias dele, mas as histórias da época, do meu avô que eu não conheci. Sempre gostei.” (M1, 26 anos).

“Eu sinto muita falta de não ter conhecido eles (...) As histórias que eu ouço muito, do meu avô materno e minha avó, são histórias muito boas, de muito amor, histórias lindas que eu choro ouvindo. (...) Eu conheci minha avó mas eu não lembro muito dela, porque ela morreu quando eu era pequeno, eu tinha 5 anos acho, mas eu lembro de muito amor entre a gente. Lembro que conversava muito com ela.” (M3, 25 anos).

“Acho que meu avô faleceu eu tinha 4 anos, eu tenho lembrança dele só caminhando devagarinho, bem já mal... e a minha avó faleceu deve ter uns 5, 6 anos que ela faleceu, mas eu não tinha aquele sentimento de vó, eu acho que não construí isso com ela. Por parte de mãe, eu não conheci a minha avó. Ela faleceu muito tempo atrás, eu nem sonhava em nascer. E o meu avô, eu acho que eu tinha uns 5 anos. Eu lembro de visita-lo num asilo (...) Ela (mãe) me colocando no colo dele e ele bem magrinho, bem doentinho e aquela foi a última vez que eu o vi.” (F3, 26 anos).

“Eu só tenho um avó viva, meus avôs morreram e minha outra avó também. A mãe da minha mãe que tá viva. Eu era muito ligada ao pai da minha mãe, meu vô, e ele foi a primeira pessoa que eu perdi na minha vida, então foi... sei lá, inexplicável.” (F1, 25 anos).

“Cresci com a minha avó, da minha mãe, que eu via uma vez por ano, quando eu ia para lá. Mas foi a única avó que eu conheci. Os outros já tinham falecido. Dos quatro, só ela.” (F2, 28 anos).

Outro entrevistado conta, ainda, sobre a participação muito ativa da avó nos cuidados com ele.

“Minha avó (materna) morou comigo até os 10, 9 anos. Ela morou comigo junto com meu pai e minha mãe (...) ela morava em SP, mas passava 6 meses aqui, duas semanas lá, então, praticamente morava comigo até os meus 9 anos e depois ela voltou para SP. (...) Ela que cuidava de mim, fazia as comidas. Minha mãe trabalhava muito em casa, a casa era grande, então ela era mais atarefada e minha avó que me recebia quando eu chegava do colégio, que dava meu almoço, colocava para dormir, esse tipo de coisa, me acordava...” (M2, 29 anos).

Na convivência familiar, os avós ocupam um importante papel, não apenas como rede de apoio, mas pelo simples fato de constituírem a trama intergeracional, que sustenta o sentimento de continuidade no tempo,

consolidando os valores e proporcionando confiança sobre o próprio futuro dos netos (Kessler & Staudinger, 2007).

O inevitável declínio de saúde dos idosos mobiliza os membros da família, que redireciona suas forças para atender às necessidades dos mais velhos, alterando o estilo de vida de todo o sistema familiar. Os papéis invertem-se e os filhos passam a tomar conta dos pais, podendo incluir também tarefas para os netos. Um dos entrevistados conta como a vida familiar girava em torno da avó quando ela já estava com a idade mais avançada.

“Quando minha avó ainda era viva, faleceu tem pouco mais de 10 anos, a gente ia todo final de semana na casa dela e ela morava com a minha tia. (...) A priori era um dia, ou sábado ou domingo, mas ela foi ficando mais velha, mais doente, aí a gente ia sábado e domingo.” (M1, 26 anos).

Para além dos avós, os entrevistados relatam uma vida muito marcada pela preocupação com a saúde e por falecimentos de entes queridos. Um dos sujeitos da pesquisa comenta, inclusive, que os cuidados com seu padrinho, muitas vezes, foram de sua responsabilidade, voltando seu tempo e sua atenção para ele.

“Meu dindo já faleceu e tinha uns negócios, quando ele teve AVC, umas crises, era sempre comigo. Eu ficava muito tempo só eu e ele.” (M3, 25 anos).

Percebe-se, nos dois últimos relatos, que a constante preocupação com a saúde dos avós e demais familiares coloca os possíveis desejos desses jovens em segundo plano, para que possam redirecionar a atenção para o ente que precisa de cuidados (Spira & Wall, 2006).

Outros entrevistados parecem não ter tido um envolvimento tão direto nos cuidados, porém a marca dessas vivências, inevitavelmente, os acompanha.

“Um tio meu, irmão do meio, faleceu quando eu tinha uns 12, 13 anos, foi o primeiro a morrer. Convivi, mas morreu mais cedo. Meu outro tio, uns anos antes teve um AVC, então tem a fala muito limitada, a comunicação muito limitada, então há muitos anos que eu tenho convivência parcial. (...) A família era basicamente a minha avó, que morreu dois anos antes da minha mãe.” (F2, 28 anos).

“Tenho contato com minha tia. Sem contar que os outros irmãos do meu pai já faleceram, porque meu pai era um dos mais novos. Ele é o segundo mais novo e a A. é a segunda mais nova e acho que além deles, mais um 2 ou 3 que já faleceram.” (M1, 26 anos).

“Eu não conhecia minha tia, faleceu com 35 anos, muito nova, com câncer. O meu tio faleceu no dia que a minha sobrinha nasceu, essa que tem 3 meses a mais do que eu, câncer também, de mama

também. Esses meus dois tios faleceram muito cedo. Então, minha mãe ficou só com o irmão mais velho dela, que ele veio a falecer há pouco tempo já com 70 e tantos anos, e com o A. que era o que tinha síndrome de down.” (F3, 26 anos).

Os filhos tardios, ao perceberem seus pais como mais velhos, podem reviver intensamente o sentimento tido em relação à perda ou à ameaça de perda dos demais membros familiares, ou mesmo inaugurá-lo, temendo a morte dos próprios pais (Spira & Wall, 2006). Três entrevistadas falam sobre a presença constante desse medo.

“Então, essa é uma questão de análise até hoje né (risos). Porque eu acho que eu sempre tive medo da morte dos meus pais. Desde muito pequenininha, eu lembro. (...) Como se os dias estivessem contados, porque observando as diferenças dos pais dos coleguinhas, e dos meus pais, é como se meus pais sempre estivessem a beira da morte. Isso sempre foi uma questão para mim e é até hoje, porque parece que cada vez que você olha isso se torna mais real.” (F3, 26 anos).

“Eu não gosto nem de pensar. Fico muito mal. Meu terapeuta sempre tenta falar disso e eu não consigo... esse dia não vai chegar.(...) Eu fico muito mal. Ainda mais que eu sou muito ligada no meu pai.” (F1, 25 anos).

“Por muito tempo a minha principal preocupação com ela foi o câncer, 7 anos com a doença antes de morrer, durou muito. A partir do momento que ela desenvolveu aquilo, pra mim foi muito assustador a ideia de que um dia eu ia perder ela para aquela doença, claro que essa era a minha maior preocupação (...)” (F2, 28 anos).

Diante desses relatos, fica clara a relação entre o medo da morte dos pais e o sentimento de vulnerabilidade e ameaça de abandono – angústia de separação (Bowlby, 1998). Assim, é possível que as transmissões intergeracionais nas famílias caracterizadas pela parentalidade tardia contenham a angústia de morte como um tema perseverante.

Desencontros geracionais

A metade dos entrevistados atribui um valor positivo ao amadurecimento e experiência dos pais, exercendo forte influência sobre eles.

“Existe um amadurecimento, uma cabeça, que me deu muita base, me ensinou muita coisa. Eu não vejo isso em algumas famílias. Eu lembro que eu reclamava que meus pais tinham uma cabeça muito “ai, vocês são velhos”. Eu lembro que uma época eu me revoltei e falava “ai vocês são muito velhos”, porque a cabeça deles era mais antiga, mas depois eu percebi que graças a deus a cabeça deles é

antiga, sabe? Eu tenho uma imagem de pais novos de amigos meus que eu não gosto, sabe? E que não condiz com meus princípios.” (M3, 25 anos).

“Essa questão da idade nunca me incomodou, nunca foi uma questão. ‘Porra, meu pai é muito mais velho e tal’. Na verdade, choca os outros, porque não é uma coisa muito normal. (...) A única coisa de diferente é que ele falava assim ‘eu tenho muito mais anos de vida que você, muito mais experiência de vida que você, ouça o que eu estou te dizendo, isso vai dar errado’ (...) Eu pensava assim: de fato, ele tem 50 anos a mais do que eu. Não são 30, 25 anos a mais. De fato, talvez ele tenha razão com os 50 anos de vida dele. Outras não.” (M1, 26 anos).

“Acho que sim, era uma relação mais de respeito, então eu ouvia muito ele. Eu tinha muita... não tinha muita opinião discordante com meu pai. Com minha mãe, não, eu esperneava, tal, brigava... com meu pai não, ele falou tá meio que resolvido, entendeu?” (M2, 29 anos).

A valorização da experiência de vida dos pais mais velhos, demonstradas nessas falas, é muito importante para a relação parento-filial, facilitando o bom funcionamento da família no estágio tardio da vida (Walsh, 1995). No sentido da compreensão das diferenças geracionais, alguns entrevistados relacionam as atitudes que observam de seus pais ao fato de pertencerem a outra geração, contexto em que ideias distintas prevaleciam.

“Por ter estudado ciências sociais, há 40 anos atrás, que não são as ciências sociais de hoje... ele dizia assim: quando eu estudei ciências sociais, eu estudei a função da família (...) o homem era o provedor, então ele trabalhava para conseguir o dinheiro para sustentar a casa. A mãe ficava responsável por cuidar da casa e dos filhos. Aquela coisa clássica, conservadora etc e tal. Então, em casa sempre foi basicamente assim.” (M1, 26 anos).

“Outra geração, aquela geração de bater na criança enfim, mas não tenho nenhum trauma com isso, nenhum. Eu aprontava muito, eu era uma peste. E aí... nada justifica, mas apanhei muito de cinto, mas cara, não tenho nenhuma recordação ruim disso, nenhum trauma.” (M3, 25 anos).

Outros revelam ainda surpresa face a posturas que consideravam modernas diante da diferença geracional.

“Eles me tiveram tarde, teve uma época que eu reclamava disso, mas depois que eu falei para os meus pais que eu sou gay, eles aceitaram super bem, eu fiquei muito surpreso que eles, na geração que eles nasceram, que existe muita gente preconceituosa na idade deles, eles foram muito vanguardistas, sabe?” (M3, 25 anos).

“A gente deu um smartphone para minha mãe agora para ela aprender né. Meu pai diz que não entende o que é isso que não quer

nem pegar. Mas a minha mãe é toda ‘quero ver e tal’” (F3, 26 anos).

“Sempre achei que meu pai tinha uma cabeça mais retrograda, porque ele é mais velho, só que minha mãe, sei lá, acho que tem mais, porque ela foi criada no interior.” (F1, 25 anos).

Idosos normalmente são vistos, de maneira estereotipada, como à margem da sociedade e de suas inovações, e com pensamento retrógrado (Walsh, 1995). Talvez, isso contribua tanto para a compreensão das “falhas” quanto para as surpresas positivas nas falas dos entrevistados em relação aos pais. Possivelmente, o contato da geração mais velha com a mais nova impulse também esses pais a se renovarem e experimentarem novas formas de pensar, agir e sentir. Afinal, a transmissão dos saberes não é linear; ambas as gerações possuem seu saber, que pode ser desconhecido para a outra, e a troca pode proporcionar novas vivências, sendo possível renovar as opiniões e visões acerca do mundo e das pessoas.

Os relatos dos entrevistados evidenciam papéis familiares não bem delimitados, que se confundem pela idade/geração dos indivíduos.

“O meu pai, ele de vez em quando diz assim: eu não sou pai, eu sou pai-avô. Primeira vez que ele falou isso, eu falei: por que? Eu entendia né, porque ele é mais velho. Ele me teve ele tinha 50 anos, o P. (irmão) 52, então... ele ‘não, porque, óbvio que sou pai, porque eu sou pai, mas eu digo que sou pai-avô porque eu to numa idade de ter netos, mas eu não tenho netos, eu tenho filhos’. Mas ele diz isso sei lá porque. Ele se sente um pouco assim, mas unicamente por questão da idade.” (M1, 26 anos).

“Os irmãos eram meio que tios, né. Meio que tios distantes, mais dia dos pais, natal, esses eventos (...) O mais próximo que eu tinha de irmão era o meu primo, que passava basicamente os finais de semana ou eu na casa dele ou ele na minha. Então... eu gostava bastante desse convívio e associava ele a um irmão.” (M2, 29 anos).

“... eu tenho vários sobrinhos, vários sobrinhos. Eu falo, tinha, porque ela faleceu, mas foi como se fosse minha irmã. Nossa diferença é de 3 meses (...) Ele (pai), tudo que ele fazia comigo, ele fazia com ela também. Ai era aquele passeio com a neta e com a filha. Igualzinho.” (F3, 26 anos).

Essa confusão geracional pode gerar dificuldades emocionais nos filhos que não distinguem e não reconhecem seu espaço no grupo familiar. Essa possibilidade fica bem evidente no relato de uma das entrevistadas.

“Os meus irmãos também estavam com os filhos deles, mais ou menos da minha idade, e rolava muito ciúme, porque para eu diferenciar esse lugar de filha e ao mesmo tempo tendo que lidar com os netos e os sobrinhos lá em casa, era muito complicado. Eu lembro que antes do meu sobrinho nascer, meu irmão me levava

sempre para passear. Meu irmão, tipo meu pai, né. Ele me levava sempre para passear e ai de repente chegou essa criança e a atenção se voltou para essa criança. Que era filho dele também né. Eu era irmã, então é outro lugar. Ai eu ficava com muito ciúme. (...) Ela é minha sobrinha, minha irmã. Pra gente não tinha diferença. (...) Ele (sobrinho) cresceu como meu irmão lá (...) Quando eu era criança era muito difícil. Porque sempre ouvia dizer que neto é filho duas vezes e isso não descia, eu ficava muito irritada com isso. Eu tinha muito ciúme do R. por isso. ‘Como assim ele é filho duas vezes?’ Nossa a gente vivia brigando.” (F3, 26 anos).

Diante dessas falas, fica claro que na parentalidade tardia há um desencontro do ciclo vital “tradicional”. Assim, as demandas desenvolvimentais de cada geração podem tornar-se incompatíveis e a falta de complementariedade comprometer também o relacionamento dos diferentes membros familiares (Walsh, 1995).

Liberdade e autonomia

A liberdade de escolha esteve presente nas falas da metade dos entrevistados.

“Eu acho que de certa forma eles me davam bastante. Não me acompanhavam diretamente, sempre tinha o motorista de lá e pra cá, mas tinha liberdade de ir, tinha minha mesada desde pequenininho.” (M2, 29 anos).

“Ele também me dava muito menos limite: quer sair sozinha, sai; quer ficar no Rio sozinha e não ir pra Angra, fica... até em idades mais novas do que a maioria dos meus amigos podiam, sabe? Era muito assim. Quer ir de ônibus pra tal lugar, vai... e pra minha mãe, por ela, ela me colocava numa bolha. (risos). Isso era o oposto e gerava embate entre eles. Claro que eu, jovem, queria muito sair da bolha, então eu ia na linha do meu pai.” (F2, 28 anos).

“Minha mãe que prendia mais. Minha mãe é evangélica, então também ... eu cresci na igreja sendo levada por ela (...) Ela sempre impôs muito os limites, mas eu sempre absorvi isso muito bem. (...) Meu pai nunca teve isso não (risos). Liberal, totalmente. (...) Sempre foi tudo muito conversado, sabe. Acho que minha mãe nunca chegou muito impondo as coisas. Ela explicava o motivo pelo qual ela tava dizendo, colocando que eu deveria fazer algo daquela forma. Então, eu nunca senti como algo imposto, um limite “agora você vai ter que fazer isso assim” (F3, 26 anos).

É possível reconhecer nesses relatos a democratização dessas famílias, não havendo uma imposição hierárquica dos pais para os filhos, mas sim proporcionando-lhes escolhas compatíveis com seu desenvolvimento (Araújo, 2009). As práticas educativas adotadas pelos pais podem facilitar ou dificultar a

aquisição de autonomia enquanto capacidade de refletir sobre os seus atos, definir metas, tomar decisões e agir por conta própria (Reichert & Wagner, 2007).

Apesar de os pais abrirem mão da posição superior, reconhecendo os filhos na sua individualidade, não se anula sua ascendência sobre os filhos, nem seu lugar de referência para construção da identidade dos mesmos. Os pais permanecem fonte de orientação, baseada no afeto e na compreensão mútua, e oferecem apoio emocional e financeiro, exercendo forte influência nas decisões dos filhos. (Araújo, 2009; Ponciano, 2015).

Em outros casos, a independência foi um caminho a ser conquistado por alguns, traduzindo-se em conflitos com os pais.

“Por favor, me deem liberdade que eu odeio depender dos outros. Odeio, odeio. Prefiro eu fazer sozinho, vou ter 40x mais trabalho, não interessa, me dá, eu quero fazer, não quero depender.” (M1, 26 anos).

“Até os meus 18 anos, minha mãe me controlava muito. Eu tinha cartão de crédito mas ela falava ‘aonde você vai?’, ela que me deixava e tudo. A partir dos 18, eu fiz uma luta aqui em casa, porque minha mãe falava ‘vai sair com quem e tal’ e eu queria ter mais a minha independência a partir dos 18, então teve muita briga. Minha mãe falava ‘ah ele não quer falar’ e sofria porque eu tava desgarrando. Até os 18 eu fui muito grudado nela.” (M3, 25 anos).

Essa conquista foi associada, por um entrevistado, à maturidade, representada pela paciência e capacidade de ouvir.

“Minha mãe veio falar comigo ‘eu não acho nada disso, não é um aniversário que vai dizer se você tem mais maturidade ou não, e você só vai continuar saindo de casa com a minha permissão’ (...) Na minha adolescência eu fui muito revoltado, eu era anarquista, completamente. Ai meus pais ficavam com receio de me dar mais liberdade com medo de que eu fosse fazer merda na rua (...) depois eu fui criando paciência, foi quando de fato eu fui criar mais maturidade (...) passei a ouvir mais” (M1, 26 anos).

A busca pela autonomia na adolescência é um processo natural e importante para o desenvolvimento dos indivíduos, porém, como relatado acima, nem sempre se dá sem a resistência dos pais, que podem ter dificuldade de aceitar este processo que implica em transformações no âmbito familiar (Reichert & Wagner, 2007).

Ainda, a metade dos entrevistados identifica uma proteção excessiva que esbarrava na sua aquisição de liberdade e autonomia.

“Ele sempre quis proteger e na proteção, dependendo do nível de proteção, como foi e tal, pode acabar estragando (...) era me castigar para eu aprender.” (M1, 26 anos).

“Eu nunca gostei muito de desafiar os meus pais, então, eu não ia, ou eu ia uma ou outra vez escondido, mas eu não gostava muito (...) Eu acho que talvez eles foram um pouco *overprotective* com namorado, mas eu não... muito pouca coisa eles me disseram não.” (F1, 25 anos).

“Pra minha mãe, por ela, ela me colocava numa bolha (risos) (...) Acho que se eu tivesse sido criada por dois pais no estilo dela, eu ia ser mais boba, assim, de ter não feito certas coisas que eu devia na vida, de independência e tal.” (F2, 28 anos).

Encontrar o equilíbrio entre a proteção excessiva e a falta de cuidado configurou-se como um desafio para os pais desses sujeitos. É tarefa dos pais fornecer um ambiente seguro para o desenvolvimento sadio dos filhos, para que sejam capazes de se diferenciar, no sentido de separar-se emocionalmente da sua família de origem, tornando-se autônomo, como um ser total e social (Winnicott, 2005; Andrada & Irigonhe, 2008).

Conflitos

Sobre as práticas educativas adotadas nas famílias dos entrevistados para a resolução dos conflitos, a metade dos entrevistados mencionou a presença de práticas coercitivas, sendo que dois deles fizeram referência à punição física.

“A L. (esposa) diz que eu tenho a inscrição da lei muito forte em mim. Eu acho que isso se deve muito aos castigos que meus pais me deram.” (M1, 26 anos).

“Meu pai nunca me bateu e minha mãe dava umas palmadas, mas quando ele brigava ele era muito grosso, mas 5 minutos depois ele vinha e falava “ai desculpa o seu pai”, minha mãe não, minha mãe nunca pede desculpa pra nada.” (F1, 25 anos).

“Eu apanhei muito dos meus pais. Tem gente que não concorda com isso hoje em dia. Realmente, acho que até eles não concordam com isso. Enfim, outra geração, aquela geração de bater na criança. Enfim, mas não tenho nenhum trauma com isso, nenhum. Eu aprontava muito, eu era uma peste. E ai... nada justifica, mas apanhei muito de cinto, mas cara, não tenho nenhuma recordação ruim disso, nenhum trauma.” (M3, 25 anos).

É importante ressaltar que apenas no primeiro dos relatos há a percepção de que a eleição da prática coercitiva deixou alguma marca na constituição do sujeito. Curiosamente, refere-se a castigos que não envolvem a punição física que, na contemporaneidade, é coibida inclusive por lei (Vasconcelos & Souza, 2006; Cecconello, De Antoni & Koller, 2003).

O envolvimento dos filhos nos conflitos conjugais dos pais esteve presente em mais da metade das entrevistas, seja na mediação ou como apoio emocional.

“Eu converso mais com P. (irmão) também, às vezes eu converso: ah o papai brigou com a mamãe. ‘Vocês acabam se envolvendo?’ Às vezes sim, às vezes não. Pelo menos estamos cientes. O P. tá lá todo dia, ele me conta (...) Chegou ao ponto de eu e P. sentarmos na mesa da sala e falarmos: o que que tá acontecendo? Chega, vocês se entendam. Querem discutir, discutam enquanto a gente não tá em casa pelo menos. Não envolve a gente (...) Eu tinha 14, 15 anos. Mas eu dava minha opinião. (...) Meus pais vão sempre querer vender a versão deles. Minha mãe vai querer me vender a versão dela e meu pai vai querer me vender a versão dele. Minha mãe vai querer me vender a versão dela e meu pai vai querer me vender a versão dele e eu acho o P. muito mais sensato para saber qual dos dois está certo.” (M1, 26 anos).

“Sempre fui colocado no meio das discussões entre pai e mãe: filho o que você acha disso? Eu ficava no meio, solicitavam minha opinião. Não vou dizer que contavam com isso na relação deles, mas ali no meio eu era solicitado. (...) eles demandavam no embate entre eles, onde... alguma coisa que tinha falado e ‘eu nunca fiz isso com você, não é?’ (...) eu acabei aprendendo a ser meio em cima do muro. Quando eu comecei a ficar esperto, tipo, se eu falar isso, vai ter briga de um lado, vai ter briga do outro, então eu acabei ficando meio político aí.” (M2, 29 anos).

“Contavam no sentido de desabar, principalmente a minha mãe, que era mais próxima de mim de conversar. Mas no sentido de desabafar, nunca do tipo ‘entra aqui e diz quem tá certo’. Meu pai também desabafava no caso (...) volta e meia ele conversava sobre isso comigo, como ele achava que isso tinha afetado a relação, que o jeito da minha mãe me criar, errado aos olhos dele, provocava isso” (F2, 28 anos).

Essas falas retratam como os conflitos entre os membros do casal podem esbarrar no desenvolvimento emocional dos filhos, que têm a atenção e disponibilidade afetiva deslocada para atender às demandas, não necessariamente expressas, dos pais. Os entrevistados se viam envolvidos em uma competição por suporte e aliança, ou buscavam evitar essas situações, que inevitavelmente os deixariam em conflitos de lealdade (Minuchin, 1974; Boszormenyi-Nagy & Spark, 1984; Boszormenyi-Nagy & Krasner, 1986).

Nos relatos acima, também é possível perceber como pode ser difícil distinguir a relação conjugal da relação parental, pois o ambiente conjugal dos pais faz parte do ambiente facilitador do processo de maturação do filho (Palermo, Magalhães, Féres-Carneiro & Machado, 2016). Quando os filhos percebem o conflito, desenvolvem recursos para evitar o sentimento de ameaça à sua própria

coesão psíquica. Ficam claras as alternativas encontradas pelos entrevistados: tentar se retirar da situação conflituosa; e ser o apoio emocional de que o pai e a mãe necessitam, de forma a regular possíveis sentimentos de desamparo e angústia (Dolto, 1988).

O envolvimento desses entrevistados nos litígios dos pais pode interferir, inclusive, na qualidade do relacionamento parento-filial (Raposo *et al*, 2011). Ainda que, inicialmente, seja um processo estabilizador, bloqueia a comunicação efetiva entre os pais e revela a falta de limites geracionais e um sistema conjugal mal definido e disfuncional. A comunicação é fundamental na determinação da saúde emocional do sistema, de forma que o subsistema conjugal pode, a partir de sua interação, repercutir no desenvolvimento emocional de todos os membros da família (Féres-Carneiro, 2011).

No relato dos entrevistados, a seguir, é notável uma ligação estreita entre o(a) filho(a) e um de seus pais, enquanto o outro ocupa uma posição solitária e distante.

“(...) eu sempre tive muita dificuldade de relacionamento com meu pai e com a minha mãe eu era muito apegada, era quase que ao contrário. A gente se dava muito bem, uma dupla e meu pai. Tanto eu como a minha mãe tínhamos muita dificuldade de relacionamento com ele (...) a partir do momento que eu nasci o casamento deles acabou, sabe? Ele (pai) meio que jogava isso na minha conta (...) eu concordava de certa forma com o que meu pai falava de que depois que eu nasci minha mãe mudou o foco, tirou o foco do marido, do casamento, quase que 100%, e passou para a filha e eu não achava isso saudável, mas o que que eu ia fazer? Não era eu que eu ia mudar o foco dela.” (F2, 28 anos).

“Ao mesmo tempo que quando ela se separou do meu pai ela me colocou na cama, do lado, e eu ocupei aquele lugar ali, e hoje eu entendo, que eu ocupei aquele lugar de vazio dela. A menininha que ela tanto quis e ‘agora não preciso de mais nada, não preciso de marido’. Porque ela fala né: ‘Não queria mais o seu pai, mas eu queria uma menina, ai eu tive uma menina e pude mandar ele embora feliz’. (...) Eu sou... eu era o xodozinho, né, porque são dois meninos, uma diferença minha para o do meio de 20 anos e minha mãe queria muito uma menina. Ai como teve a separação e tudo mais ela se apegou a mim, a vida dela foi pra mim. Tanto que ela não namorou, não casou de novo, ela ficou vivendo pra mim, assim...” (F3, 26 anos).

“Tenho muito orgulho do meu pai, eu sou... ele é o amor da minha vida. (...) Tipo, eu amo a minha mãe, mas é que meu pai é, tipo, meu xodó (...) Nunca vi meus pais muito como um homem e uma mulher, como uma casal. Sempre vi como pai e mãe. Eles não

faziam muita coisa de casal (...) mesmo aniversário de casal ou outra comemoração, eles levam a gente. Viagem, eles sempre fazem o máximo para a gente ir (...) eu não consigo ver eles como um casal, é estranho. (...) Eu sei que minha mãe me ama, mas com meu pai é diferente, eu sinto, tipo, fico até emocionada... é aquele amor incondicional” (F1, 25 anos).

Essas falas revelam uma formação triangular nesses relacionamentos, em função das fronteiras entre os subsistemas conjugal e parental estarem difusas. Dessa forma, a tríade pais-filho adquire uma rigidez inadequada (Minuchin, 1982). Esse isolamento de um dos membros do casal pode ser pensado em termos de diferenciação e necessidade de limites familiares, cuja falta deixa a criança exposta a triangulações e a figuras parentais indiferenciadas, o que pode vir a ser um aspecto definidor de sua identidade como a dependência emocional de suas relações sociais, prejudicando a capacidade de autonomia, julgamento e tomada de decisão (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1984; Bowen, 1978; Jurkovic, 1997; Minuchin, 1974).

A triangulação pode representar um mecanismo de defesa diante de fronteiras mal delimitadas que acarreta o medo do abandono e da absorção – ansiedade de separação e de incorporação. Nos dois primeiros relatos, esse fenômeno parece se dar em função das dificuldades enfrentadas no relacionamento dos pais, de forma que eles buscam nos filhos a realização dos desejos e das necessidades que o outro não satisfaz. A pessoa pode afastar-se e buscar um terceiro indivíduo para aliviar sua tensão ou aproximar-se e aceitar o controle do outro através de suas demandas. Assim, quando a ansiedade no casal se intensifica, a saída encontrada para amenizar o desconforto e evitar o enfrentamento dos problemas é repassá-la para os filhos (Bowen, 1979).

Por fim, ressalta-se que os conflitos são inerentes às relações humanas e constitutivos da vida social. Eles exigem um constante e ininterrupto processo de negociação da realidade, com recuos e avanços, com alianças sendo formadas e desfeitas, com adaptação de projetos, que transformam tanto o indivíduo como o social. Esse processo ocorre de forma pendular até que seja possível reestabelecer um novo equilíbrio. A sua frequência no sistema familiar não representa, isoladamente, índices de saúde, mas sim os recursos que esse possui para lidar com os conflitos (Cummings, 1988; Benetti, 2006).

2.3. Considerações Finais

A parentalidade tardia é um fenômeno cada vez mais comum em nossa sociedade. Os teóricos têm se ocupado mais da perspectiva das mães e pais, nesse contexto, do que da repercussão para os filhos nascidos nesse desencontro do ciclo vital tradicional.

Ao propor olhar a questão sob esse viés, o presente estudo teve como objetivo investigar a repercussão da parentalidade tardia na infância e adolescência dos filhos, sob a percepção dos mesmos. Nele, o foco não foi colocado no fato de os sujeitos serem filhos de pais mais velhos, mas sim no desenvolvimento infanto-juvenil dos entrevistados, podendo a questão geracional eclodir ou não. Em todas as entrevistas, essa peculiaridade se fez presente de forma espontânea. É importante ressaltar que, talvez, os participantes tenham ido ao encontro do que acreditavam ser esperado deles, tendo em vista que tinham conhecimento sobre do que tratava a pesquisa.

De maneira geral, os filhos entrevistados valorizam a história de vida dos pais mais velhos e atribuem aspectos positivos, como a bagagem cultural e de experiências que podem ser compartilhadas, assim como a disponibilidade que a aposentadoria proporcionou e a estabilidade financeira já adquirida nesse momento de vida. Por outro lado, reconhecem também que a diferença geracional pode se traduzir em conflitos, em uma relação de mais respeito e distância afetiva, em dificuldade de compreensão cultural e em práticas educativas distintas da tendência atual. Ainda, o envolvimento dos filhos nos litígios conjugais dos pais se fez muito presente nas entrevistas, na mediação dos conflitos ou como apoio emocional. Observou-se também que os sujeitos cresceram com maior convivência com o grupo familiar do que com amigos de sua idade e que eles se sentiam muito maduros em relação a seus pares. Na busca pela conquista da autonomia, percebeu-se uma dificuldade dos pais de encontrar o equilíbrio entre a proteção excessiva e a falta de cuidado.

Vale ressaltar que este estudo se deparou com a dificuldade de encontrar sujeitos com as características determinadas. Ainda, algumas vezes, os possíveis entrevistados diziam estar passando por um período delicado na família, típicos do envelhecimento dos pais, como o Alzheimer, e não se sentiram confortáveis para participar da pesquisa naquele momento. A parentalidade tardia é um

fenômeno em crescimento e a tendência é que, em alguns anos, seja mais fácil encontrar sujeitos para estudos como este, superando esse empecilho.

Como exposto anteriormente, dar-se-á continuidade a este estudo, analisando os resultados do “Questionário sobre a Parentalização”, respondido pelos participantes, e relacionando tais resultados com o conteúdo das entrevistas. Seria, também, um interessante desafio realizar uma pesquisa observando possíveis distinções nas famílias em que os pais sejam casados ou separados. Para além disso, investigar a percepção dos diferentes filhos de uma mesma família caracterizada pela parentalidade tardia poderia render um rico estudo. De toda forma, a literatura e as pesquisas sobre o tema, em especial sob a perspectiva dos filhos, são escassas, sendo importante ampliar as investigações sobre a questão.

3. Filhos da parentalidade tardia: transição e planejamento futuro de jovens adultos

Resumo

O presente estudo tem como objetivo investigar a repercussão da parentalidade tardia na vida adulta dos filhos, sob a percepção dos mesmos. Foram realizadas entrevistas com seis sujeitos, entre 25 e 29 anos, sendo dois casados e quatro solteiros, sem filhos, que nasceram quando ao menos um de seus pais tinha mais de 40 anos. A partir da análise de conteúdo do material obtido, emergiram as categorias: *saída de casa; preocupações filiais e expectativas parentais; planejamento de futuro*. Todos os participantes relataram dificuldade na saída da casa dos pais, seja por parte deles ou de seus ascendentes. As preocupações dos filhos tardios configuram-se em torno da saúde e solidão dos pais, e o relacionamento e a felicidade dos mesmos. Nos planejamentos futuros, aparece o desejo de formar família e de ter mais de um filho, em tempo dos pais poderem participar e conviver com os futuros netos.

Palavras-chave: parentalidade tardia; jovens adultos; transição; preocupações; expectativas; planejamento.

Abstract

The present study aims to investigate the repercussion of late parenting in the adult life of the children, under their perception. Interviews were conducted with six subjects, between 25 and 29 years old, two of them married and four unmarried, without children, who were born when at least one of their parents was over 40 years old. From the content analysis of the obtained material, the following categories emerged: *leaving home; filial concerns and parental expectations; future planning*. All participants reported difficulty in leaving their parents' home, either by them or their parents. The preoccupations of the late children are based around the health and loneliness of the parents, and the relationship and the happiness of the same ones. In future plans, the desire to form a family and to have more than one child appears in time for parents to participate and live with future grandchildren

Key words: late parenting; young adults; transition; concerns; expectations;

planning.

A família é um sistema emocional composto por mais ou menos quatro gerações (Carter e McGoldrick, 1995). A parentalidade surge dos desejos advindos das experiências primárias e parentais vividas por cada membro do casal e das heranças psíquicas recebidas por eles. As histórias individuais, entrecruzadas na conjugalidade, dão origem à nova estrutura construída pelos psiquismos próprios. Assim, a conjugalidade e a parentalidade constituem o psiquismo familiar, possibilitando a transmissão psíquica geracional, que inclui elementos da história das gerações anteriores, seus valores socioculturais, mitos e, principalmente, seus conflitos (Féres-Carneiro & Magalhães, 2011).

O adiamento da parentalidade, cada vez mais comum na sociedade contemporânea, é um fenômeno marcado por diversos atravessamentos socioculturais e também favorecido por avanços tecnológicos, em especial os relativos à reprodução assistida, que possibilitaram o aumento da fertilidade tardia. É possível pensá-lo tanto a partir do adiamento da parentalidade quanto da retomada do projeto parental, em virtude do aumento do número de recasamentos na sociedade contemporânea. Diversas outras transições no ciclo vital têm também sido adiadas, incluindo o ingresso na vida adulta. Destacam-se ainda a prolongada coabitação com os próprios pais, o longo caminho acadêmico, marcado pela necessidade de mais especializações, que dificulta a entrada no mercado de trabalho e a consolidação da estabilidade financeira, e as uniões conjugais mais tardias. Considerando que o sujeito é produto das heranças vivenciadas no interior de sua família, mas também daquela que ele recebe do contexto familiar em que está inserido no momento de seu nascimento e desenvolvimento, torna-se importante pensar as repercussões do momento do ciclo vital em que ele foi concebido, pois esse conjunto de heranças contribui para a formação de sua identidade.

Winnicott (2011) defende que para o indivíduo ampliar seus círculos relacionais é essencial a existência dos cuidados parentais. Os pais devem sentir-se responsáveis pelos filhos e apreciarem esta função, dando-lhes proteção e segurança, funcionando como facilitadores da maturidade emocional e promotores de saúde. A princípio, os membros de uma família desempenham papéis pré-

determinados. Os pais ocupam um lugar de poder, cuidado e sustento, e exercem forte influência na formação da identidade de seus filhos. Esses, por sua vez, detêm o lugar da dependência financeira e afetiva.

A criança internaliza, além de um modelo de relacionamento, diversas crenças, representações e percepções que podem ser mantidas ou modificadas através das experiências interpessoais. Se as relações primárias são desenvolvidas em um ambiente seguro e confiável é mais provável que o indivíduo consiga se comunicar, expressar seus sentimentos e formar vínculos autênticos na vida adulta (Guede, Monteiro-Leitner & Machado, 2008). Na descrição do ciclo de vida familiar tradicional, a transição para a adultez é sinalizada pelo afastamento dos filhos em relação à família de origem. Assim, tornar-se adulto implicaria em movimentos, como a saída da casa dos pais, o investimento em um trabalho ou uma formação profissional, a entrada no mercado de trabalho, a independência financeira, a autonomia e, inclusive, a possibilidade de formar seu próprio núcleo familiar (Carter & McGoldrick, 1995).

Henriques, Féres-Carneiro e Magalhães (2006) ressaltam que o prolongamento da convivência intergeracional na família se justificaria tanto em fatores da esfera familiar privada como da esfera pública contemporânea, traduzida na instabilidade das relações de trabalho e inseguranças, de forma que a família se torna um refúgio diante das incertezas do mundo. No mesmo sentido, Borges e Magalhães (2009) entendem que esse fenômeno emerge como uma possibilidade de composição entre as necessidades dos jovens adultos de buscar autonomia e apoio na transição para a vida adulta. A solução seria, então, tornarem-se adultos na casa dos pais, o que exige negociações constantes sobre as condutas no espaço doméstico, de modo que pais e filhos constroem acordos que sustentem uma relação de igualdade. A permanência junto aos pais impõe que se faça uma articulação entre pertencer à família e não ser englobada por ela (Ramos, 2006).

Simões (2004) afirma que, hoje, os idosos no Brasil têm melhores condições de vida do que os mais jovens, ganhando mais e contribuindo para a renda familiar, quando não são a principal fonte de renda da mesma. Eles possuem casa própria, de forma que uma parcela significativa de filhos mora junto a eles, levando à convivência intergeracional prolongada, à superposição de

papéis e ao apoio mútuo entre as gerações. Com a desafiadora realidade do mercado de trabalho para os mais jovens, os avós – ou pais mais velhos – se tornam um porto seguro.

McCullough e Rutenberg (1995) entendem que os relacionamentos positivos entre pais e filhos adultos estão ligados ao processo gradual de “deixar partir”, que tem início na infância e culmina com a entrada no mercado de trabalho e saída de casa. A separação da família de origem bem sucedida envolve o desenvolvimento de aptidão para o trabalho, planos ou arranjos de vida independente, vínculos de amizade estáveis e relacionamentos íntimos.

As autoras afirmam que essa fase de transição dos filhos para a vida adulta independente, muito conhecida como “ninho vazio”, era considerada uma passagem muito negativa para os cuidadores primários. Ela teria início com a saída do primeiro filho de casa, porém, envolve também diversas tarefas para todo o sistema familiar, relacionadas a mudanças no casamento dos pais, desenvolvimento de relacionamentos adultos entre pais e filhos, inclusão de parentes por afinidade e filhos/netos, resolução de pendências no relacionamento parento-filial com os pais/ avós. Quando os pais dedicam sua vida à criação dos filhos, e esses filhos adultos já não precisam mais dos pais, ou optam por uma vida que diverge do esperado por eles, os pais podem perder conexão com seus descendentes, voltando-se para a geração mais velha, que agora precisa de cuidados.

Quando os estágios anteriores do ciclo vital ocorreram bem, a tendência é que os pais sejam capazes de dar apoio e se interessarem pelas escolhas e novas tarefas dos filhos. Ainda, os padrões familiares multigeracionais a respeito da autonomia autorizada exercem influência nessa fase. Uma forma possível de lidar com as dificuldades de separação pode ser o rompimento físico ou emocional que, a princípio, reveste-se de emancipação, porém é impulsionado pela dependência emocional. Outra possibilidade é a polarização na família por questões financeiras, revelando favorecimentos ou conflitos. A dificuldade na separação também pode se revelar na extrema dependência do apoio familiar, especialmente o financeiro, e na volta para a casa dos pais, depois de já ter sido feito o movimento de saída.

Sobre a família no estágio tardio da vida, Walsh (1995) explica que, de forma estereotipada, os idosos são percebidos como à margem da sociedade, sem família ou em fuga da mesma, sendo seu contato com ela de baixa frequência, obrigatório e conflituoso. O autor diz ainda que, nessa etapa, o bom funcionamento das famílias está relacionado à flexibilidade na sua estrutura, nos papéis e nas respostas às novas necessidades e aos desafios desenvolvimentais.

Brown (1995) entende que a doença grave ou a morte de um membro familiar rompe o equilíbrio desse sistema, que pode ser afetado por vários fatores, entre eles, a história de perdas anteriores, a etapa do ciclo de vida em que ocorre, e a posição e função da pessoa no sistema. Normalmente, quanto mais tarde no ciclo vital ocorre a morte ou doença, menor é o grau de estresse associado, sendo considerada um processo natural. Afinal, aceitar a mortalidade é tarefa desenvolvimental dos idosos. Quando a doença ocorre em outra etapa, é considerada fora da sintonia. Na parentalidade tardia, por mais que os pais sejam idosos, é compreensível a resistência a encarar o envelhecimento e a finitude de seus ancestrais diretos.

Barros (2004) afirma que a velhice é analisada sob a perspectiva da juventude. Sendo assim, é percebida como declínio e é desvalorizada, pois nela já se ultrapassou o auge da produtividade laboral, da capacidade física e psíquica. A autora entende a terceira idade como uma construção da realidade da velhice e do envelhecer, em que há uma progressiva responsabilização dos idosos pelo seu próprio bem-estar, incluindo os cuidados com a saúde física e psíquica.

Na família com jovens adultos dependentes, a maior tarefa do ciclo é tornar-se independente tanto para os pais quanto para os filhos e a doença ou morte impede a conclusão desse processo. De acordo com Bowen (1976), o nível de diferenciação do indivíduo é determinado pelo quanto ele está preso ao processo emocional na família de origem. A reação emocional da família, diante da doença ou morte, ocorre conforme a importância do papel exercido e grau de dependência emocional em relação ao doente.

A respeito da parentalidade tardia, é natural que a angústia de morte esteja presente nos pais, aumentando a permeabilidade dos filhos às ameaças de abandono. Bowlby (1988) relaciona o medo da morte dos pais com o sentimento de vulnerabilidade e ameaça de abandono – angústia de separação. Assim,

temendo a morte dos pais e sentindo-se vulneráveis, poderiam os filhos tardios atribuir um protagonismo à relação de dependência vivida com os pais, não permitindo quaisquer tentativas de afastamento.

Spira e Wall (2006) associam a importância dos avós na vida dos jovens à ameaça e ao medo da morte, que se manifestam, nos mesmos, em forma de ansiedade antecipatória sobre as possíveis perdas futuras. Avaliam, ainda, que os netos podem sentir-se culpados de exercerem a própria liberdade, adiando os seus planos para ter a atenção e os recursos voltados para seus entes queridos. Por outro lado, uma lacuna possível da parentalidade tardia, que contribuiria para a consolidação da angústia de morte nos filhos, seria uma fraca transmissão intergeracional, pela falta de convívio e relações recíprocas com avós.

Drenovsky e Meshyock (2000) pontuam que o medo permanente de perder os pais pode levar os filhos à renúncia dos próprios desejos e projetos, negligenciando sua vida pessoal e social, para não abandonar os pais ou feri-los com essa ideia. Para Eggebeen e Zarit (1995), há um apoio mútuo na relação parento-filial e, à medida que os pais envelhecem, a reciprocidade de apoio vai sendo cada vez menor.

Os filhos da parentalidade tardia convivem com pais mais velhos desde seu nascimento, o que naturalmente traz consequências para as demandas desenvolvimentais de cada fase do ciclo vital. Dessa forma, pode haver uma inversão de papéis, em que os filhos até mesmo antecipem-se ao surgimento de alguma necessidade de seus genitores, com o intuito de protegê-los, empenhando todos seus recursos nessa missão. Boszormenyi-Nagy e Spark (1984) afirmam que a manutenção e o rompimento das fronteiras geracionais existem em um contínuo e algum nível de inversão de papéis é normal e, provavelmente, inevitável. Os autores entendem que a ocasional inversão dos papéis coloca em ação habilidades de socialização e de ensaio de papéis futuros. Ao assumirem o papel parental, em termos de cuidado e funções executivas, de forma apropriada e justa, jovens desenvolvem o senso de responsabilidade, independência, empatia, nutrição afetiva e equilíbrio no dar-e-receber dos relacionamentos, que podem contribuir positivamente para formação identitária e autoestima (Boszormenyi-Nagy & Krasner, 1986).

Por outro lado, Jurkovic (1997) percebe que o comportamento parental pode comprometer o desenvolvimento de crianças e adolescentes, especialmente quando as demandas são confusas, inapropriadas a suas idades, não supervisionadas, cativantes, ou não reconhecidas. O autor percebe ainda que a identificação com o papel de cuidador pode impedir que os filhos experimentem outros papéis na família, e questionar essa posição provoca ansiedade e convoca sentimento de culpa, revelando o funcionamento de um sistema relacional que exige uma lealdade inabalável em detrimento do desenvolvimento individual.

Na categorização de um indivíduo como idoso, deve-se levar em consideração aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e culturais. Comumente, o indivíduo é definido como idoso quando chega aos 60 anos, independentemente de seu estado biológico, psicológico e social. Entretanto, a idade cronológica não configura uma boa medida do desenvolvimento humano, pois o processo de envelhecimento é multidimensional. Zimerman (2000) explica que envelhecer representa apenas a passagem para uma nova fase do ciclo vital, que deve ser vivida da forma mais positiva, saudável e feliz possível. Como em todas as outras etapas da vida, essa também pressupõe alterações físicas, psicológicas e sociais no indivíduo e é importante que se invista no envelhecer, com promoção de saúde e de qualidade de vida dos idosos. Reconhece, entretanto, que essa poderá ser mais marcante e mais difícil de lidar.

Figueiredo (2007) caracteriza a velhice a partir da mudança e perda de papéis. Muitas são as perdas afetivas: a saída dos filhos de casa (família pós-parental); a aposentadoria; a viuvez; a morte de amigos e outras pessoas queridas, que provocam um profundo sentimento de solidão e desânimo. Assim, o principal desafio do envelhecimento é o confronto com tais perdas, que exige um intenso trabalho, por parte do idoso, de adaptação às novas condições, mantendo a qualidade de vida desejada.

No mesmo sentido, Neto (1999) afirma que a saída do mercado de trabalho, a perda do(a) companheiro(a) e a diminuição de saúde privam as pessoas de muitos papéis e relações essenciais em torno dos quais as suas identidades tinham sido construídas, sendo esses os principais determinantes da solidão nos idosos. A aposentadoria, em especial, corresponde a várias perdas: rendimento, prestígio, sentido de competência e utilidade, além dos contatos sociais, que

podem ter consequências em nível da autoestima e do bem-estar. Perlman e Peplau (1984) percebem três aspectos comuns aos conceitos de solidão na literatura: a solidão é uma experiência subjetiva que pode não estar relacionada ao isolamento objetivo; ela é psicologicamente desagradável e angustiante para o indivíduo; resulta de uma forma de relacionamento deficiente.

As redes sociais e as relações sociais significativas no processo de envelhecimento têm um importante papel na saúde mental dos idosos. Paúl, Fonseca, Martin e Amado (2005), a respeito de idosos portugueses, percebem a “satisfação de vida” e a “qualidade de vida” como conceitos distintos, sendo o primeiro uma variável intrapsíquica relacionada a características de personalidade, e o segundo, referente a variáveis sócio-demográficas, físicas e contextuais. Monteiro e Neto (2008) distinguem a rede social da rede de suporte (ou apoio) social. Enquanto a primeira refere-se aos aspectos quantitativos e estruturais das relações humanas, a segunda diz respeito ao aspecto qualitativo do apoio percebido, incluindo o conteúdo e a avaliação das relações com outras pessoas significativas.

Paúl (2005) explica que as redes sociais mudam com os contextos familiares, de vizinhança, de trabalho, entre outros. A autora afirma que essas redes de apoio informal são fundamentais para assegurar a autonomia, a autoavaliação positiva, uma maior saúde mental e a satisfação de vida, aspectos fundamentais para um envelhecimento ótimo. Ao longo dos anos, os pares morrem e os que sobrevivem ficam com menos amigos, de forma que as redes se reorganizam ou degradam-se. Usualmente, a família é o centro do apoio, mas o seu caráter “não voluntário” parece incompatível com valores, como a autonomia e individualismo, da família contemporânea, que visa à realização pessoal e à privacidade em primeiro lugar.

Bengston e Roberts (1991) apontam seis principais dimensões da solidariedade entre gerações: estrutural; associativa (frequência de contato social e atividades compartilhadas); solidariedade emocional (proximidade emocional e intimidade); solidariedade consensual (acordo de opiniões, valores e estilos de vida); funcional (apoio instrumental e financeiro); e normativa (sentimento de obrigação em relação a outros). A solidariedade entre os irmãos também pode compor uma importante rede de apoio. Sobre a relação de apoio entre irmãos e

seu efeito na adaptação psicológica da passagem para a idade adulta, Milevsky (2005) percebe que o apoio fraterno está associado a níveis mais baixos de depressão e sentimento de solidão, enquanto a autoestima e satisfação se mostram mais elevadas.

Para Losso (2001), a função fraterna é estruturante em uma família. Atua em forma de ajuda recíproca, de colaboração, de assistência em um nível de igualdade, de defesa dos direitos das gerações. Apresenta também possibilidades de identificação, dentro da mesma geração, que os pais não podem oferecer. A fratria possibilita também um contexto para elaboração da angústia, desenvolvimento da criatividade, ensinar e aprender recíprocos e projeção da agressividade.

No mesmo sentido, Goldsmid e Féres-Carneiro (2011) explicam que o relacionamento fraterno desempenha um papel fundamental na determinação das características de identidade e personalidade dos filhos. As autoras afirmam, ainda, que o vínculo entre os irmãos colabora para o equilíbrio familiar nas situações de crise, como separação, doença, morte dos pais, entre outros. Os irmãos podem compartilhar o cuidado dos pais na velhice e, no falecimento deles, as relações fraternas se constituem, frequentemente, nas únicas duradouras.

Assim, a maneira de estabelecer vínculos é transmitida nas relações primárias e a forma como as relações sociais serão vivenciadas na vida adulta são aprendidas desde a infância, com a família de origem, que neste estudo é caracterizada pela parentalidade tardia. Tendo isso em vista, este estudo tem como objetivo investigar a repercussão da parentalidade tardia na vida adulta dos filhos, sob a percepção dos mesmos, conhecendo a dinâmica da relação parento-filial, o processo de saída da casa dos pais, as preocupações que carregam os filhos tardios e o planejamento de futuro dos mesmos.

3.1. Método

Participantes

Participaram deste estudo três homens e três mulheres, entre 25 e 29 anos, sendo dois casados e quatro solteiros, sem filhos, que nasceram quando pelo menos um de seus pais tinha mais de 40 anos.

Procedimentos

A pesquisa foi realizada partir de uma metodologia qualitativa, centrada em entrevista semiestruturada, que contemplou temas relevantes concernentes às vivências e repercussões da parentalidade tardia na vida dos filhos, sob a perspectiva dos mesmos.

As entrevistas foram efetuadas individualmente, em local eleito pelos participantes, e tiveram duração média de cinquenta minutos. Elas foram gravadas, transcritas na íntegra e analisadas pelo método de análise de conteúdo (Bardin, 2011). Dentre suas diferentes formas, elegeu-se a análise categorial ou temática, que consiste em organizar e agrupar as mensagens em categorias, estabelecendo núcleos de sentido, organizados a partir da frequência e da semelhança entre os dados significativos contidos no material coletado, que possibilitaram sua discussão com a literatura sobre o tema.

O projeto que deu origem à pesquisa foi aprovado pela Comissão de Ética em Pesquisa da PUC-Rio. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, que explica o objetivo da entrevista e seus procedimentos, permitindo a utilização dos dados em pesquisa e publicação.

3.2. Análise e Discussão dos Resultados

Das entrevistas realizadas emergiram várias categorias de análise. Tendo em vista os objetivos deste trabalho, serão apresentadas e discutidas as seguintes categorias: *saída de casa; preocupações filiais e expectativas parentais; e planejamentos futuros*. Para a apresentação dos resultados, os participantes foram nomeados, após as falas, como M (masculino) e F (feminino) e numerados de 1 a 3, tendo suas idades indicadas.

Saída de casa

Todos os sujeitos da pesquisa demonstram dificuldade na saída da casa dos pais, seja por parte deles ou de seus ascendentes. Dois entrevistados contam que ainda residem na casa dos pais, apesar de um deles ter até iniciado o processo de transição e tê-lo interrompido. Afirmam que tal fato é atravessado pelo conforto que essa condição lhes proporciona.

“Até porque o meu salário, eu poderia até sair, só que eu só ia fazer isso, não ia ter dinheiro pra mais nada. E eu me dou super bem com meus pais. Não quero sair para... eu entendo. Muita gente que sair,

até pela autonomia mesmo, mas eu sou muito acomodada. Isso é ruim, mas eu sou. Eu tenho roupa lavada, comida paga... nenhuma pressa. (...) Eu não preciso juntar dinheiro, porque, se meu dinheiro acabar, minha mãe vai me dar, meu pai vai me dar. Isso é uma parte que eu acho ruim. Claro que eu já sou crescida e podia ter mudado de atitude, mas é cômodo.” (F1, 25 anos).

“Tem uns 2 anos que eu tenho vontade de morar sozinho, só que, ao mesmo tempo, eu tenho só que não tenho. Porque assim, eu gosto de movimento, tenho uma amiga que dormiu aqui hoje, a P. que tá aí, meu pai que saiu cedo... tipo eu gosto desse movimento. Hoje estavam contando a história da passadeira, que ela passou mal. Eu gosto desse movimento, acho que isso me mantém bem feliz. Eu quis sair esse ano, só que eu senti que não era para eu sair. Eu ia dividir um apartamento com minha amiga (...) Já tinha até comprado cama e algumas coisas que eu consegui devolver. É uma vontade, só que ao mesmo tempo, no fundo, eu não queria sair de casa. (...) Eu sou mimado, eu sei que se eu sair de casa eu vou ter que fazer todas as coisas que eu não to afim de fazer agora, sabe? Então, acho que sei lá, não é a hora.” (M3, 25 anos).

Os mesmos sujeitos explicam também que essa mudança não era um desejo da família.

“Então, isso foi um caos. Eu ia sair esse ano de casa. Meu irmão já saiu então acaba que para os meus pais fica tudo direcionado a mim, eu tendo ficado. E isso sempre me sufocou um pouco (...) A minha mãe não queria de jeito nenhum que eu saísse. De jeito nenhum. Ela vê todos os defeitos, todos os problemas, tudo! Ela falava ‘mas você vai ter isso?’. Ela não queria, mas ela... ela sabe que o dinheiro é meu, eu faço o que eu quiser.” (M3, 25 anos).

“Nenhuma pressa que eu saia, zero.” (F1, 25 anos).

Apesar de residirem com os pais, os entrevistados estão inseridos no mercado de trabalho e possuem alguma independência financeira. Por outro lado, parecem ter ainda uma dependência emocional e estrutural (apoio) da família, não estando prontos para uma autonomia total, no sentido de arcar com as consequências que a saída de casa traz, como ressaltado por Carter e McGoldrick, (1995) e por Simões (2004).

A escolha de permanecer na casa dos pais não parece interferir no exercício da liberdade desses jovens adultos, indicando uma valorização da igualdade e individualidade dos membros familiares. Ainda, essas falas mostram o acolhimento, por parte dos pais, à necessidade de apoio para uma tranquila transição dos filhos para a fase adulta do ciclo vital, permitindo-lhes tornarem-se adultos na casa da família, o que corrobora resultados dos estudos de Borges e Magalhães (2009) e de Ramos (2006).

Para um dos entrevistados, essa transição se deu em razão de seu casamento, o que tão pouco facilitou, para seus pais, o processo de aceitação da saída do filho.

“Eu acho que o maior marco na relação com meus pais, não sei se é assim com os outros, imagino que sim, foi quando eu casei. Tipo, agora de fato saiu do ninho, voou. (...) Na época da mudança, da transição, quando comecei a procurar apartamento, quando a gente assinou contrato e tal, a gente começou a arrumar as coisas, meu pai falava assim: ‘que absurdo que vocês alugaram um apartamento. O quarto aqui debaixo, o banheiro tá do lado. Eu levanto uma porta aqui e faço uma suíte para vocês. Vocês moram aqui.’ (...) Ele ficou insistindo muito tempo. (...) Colocou uma serie de obstáculos (...). Minha mãe, por outro lado, meu pai vinha nessa de ‘vem morar com a gente’, ele não botava dificuldade do tipo fazer terrorismo, era coisa de pai protetor, ‘quero vocês por perto’. Minha mãe, por outro lado, fazia um terrorismo, tocava um pouco mais de terror.” (M1, 26 anos).

Na fala acima, o sujeito atribui essa dificuldade à superproteção e ao receio do “ninho vazio” (McCullough & Rutenberg, 1995). O entrevistado relata, a seguir, que tal sentimento perdura e ainda é algo que gera desconforto na relação, o que revela a necessidade de afastamento para se assegurar que não será absorvido pelos anseios e temores familiares (Borges & Magalhães, 2009).

“Toda vez que a L. (esposa) viaja, toda, minha mãe vira e fala assim pra mim ‘você vai dormir aqui hoje?’. Não. ‘Não? Mas eu pensei que você ia’. Por que? ‘Porque a L. tá viajando, você vai ficar sozinho’. Vou, caceta, tenho casa para que?(...) Eu acho que eu fiquei tanto tempo querendo autonomia, tanto tempo querendo liberdade, tanto tempo querendo ter o meu mundo independente deles que eu raramente vou lá. Raramente não, to exagerando, mas não é sempre que vou lá. (...) E com isso ‘eu quero ser independente, quero ser, quero ser’, com isso, hoje, eu quero ter o meu mundo aqui, não vou interagir tanto.” (M1, 26 anos).

A natural necessidade dos filhos adultos de se afastarem dos pais não é sempre bem recebida por esses, favorecendo o surgimento de sentimentos relacionados com a culpa. Dois entrevistados trazem em suas falas exemplos dessa situação.

“Eu sai de casa tem um ano, sai meio sem avisar, pra não enfrentar a possível discussão com meu pai ou minha mãe. Sai meio de ladinho. (...) Eu não avisei a ninguém, mas obviamente foram descobrindo. Passou um, dois meses que eu comecei a arrumar e ‘o que você tá fazendo? não sei o que’. Começaram a me perguntar. Não, um apartamento que vô vê.... Ai meu pai ‘o que você vai fazer lá?’. ‘Ter um apartamento no final de semana, final de semana eu vou lá’. Tudo na cidade do Rio, mas eu fui perguntado. Eu não

avisei o que eu ia fazer. Ai ... no dia que eu de fato fui dormir lá, eu não avisei a ninguém. Então, eu passava toda noite na casa do meu pai para não causar uma ruptura do dia para a noite. (...) ele entendeu. Ficou entendido. O dito e não dito. (...) Meu pai acho que sentiu, porque, bem ou mal, ele chegava todo dia e tinha alguém, apesar da casa grande, tinha o filho dele no quarto, e eu acho que ele deve ter sentido um pouco. Não externou isso, que sentiu. Ele ficou sozinho lá em casa. E minha mãe, como já morava há bastante tempo em SP, acho que ela não sentiu muito, mas foi meio emblemático, porque é um evento emblemático para toda a família, em termos de comportamento.” (M2, 29 anos).

“Uma hora eu não aguentei. Eu fui saindo aos pouquinhos. Eu já tava com o P. (marido) algum tempo, ele me chamou para ir indo para lá. E eu comecei a ir duas vezes por semana. Eu não cheguei efetivamente a me mudar, não, mas já tava três dias na semana no P. e indo pra casa tipo basicamente para ver o meu pai e não deixar ele sozinho. (...) Eu acho que pra ele foi muito ruim. Uma vez, ele não era de falar essas coisas, mas uma vez ele falou pra mim assim: o dia que eu vi você saindo com a sua maleta de maquiagem eu entendi que você (risos), eu entendi que você tava mesmo que saindo” (F2, 28 anos).

As falas acima ilustram o que Bowlby (1998) postula a respeito do medo da morte dos pais, por parte dos filhos, e da angústia de separação. No caso da parentalidade tardia, a culpa sentida na saída de casa se fortalece pelo receio de abandonar os pais mais velhos, e a angústia de separação se manifesta em preocupações reais com a saúde e solidão dos pais, revelando uma maior dificuldade em comunicar honestamente sobre seu desejo.

Por fim, a saída de casa de uma entrevistada se deu não por manifestação do seu desejo, mas em função da continuidade dos estudos, e demonstra o desafio que foi realizar essa transição.

“Não é fácil sair de casa, eu saí de casa, morei em república, hoje em dia eu divido apartamento. Eu vejo como é difícil você lidar com o outro, conviver, fazer suas coisas. (...) Eu lembro que no dia (da mudança) eu chorei, chorei, chorei ai meu pai naquele jeitinho dele, chegou, colocou a mão no meu ombro e falou ‘minha filha se você não quiser ir você não precisa ir não, tá?’ (...) eu morava muito perto da faculdade, então eu ia andando e não fazia questão de nada mais. Eu saí, mas fiquei lá. Meus amigos na faculdade falavam ‘porque você volta para lá? É Rio de Janeiro, vamos aproveitar’. E eu ‘gente, aproveitar o que? Saudade da minha mãe, do meu pai, do meu gato’. E ai eu voltava direto. (...) Eu vou de 15 em 15 dias, porque eu não consigo ficar muito tempo longe, não.” (F3, 26 anos).

Apesar da dificuldade encontrada, é também capaz de reconhecer aspectos positivos da mudança no seu relacionamento com a mãe.

“De início foi um baque. Eu vi que minha mãe sentiu um pouco, porque já não tinha eu ali todo dia e meu pai também. Mas eles foram se acostumando fácil, sabe. Eles entendiam que era pro meu bem. Eles sempre priorizaram muito o que fosse melhor para mim e faziam questão de demonstrar isso. Então, quando eu chego sou sempre muito bem recebida. Mas acho que é até bom para a convivência. Mãe, depois de um tempo, rola aqueles atritos, então é bom você sair que fica até melhor a relação.” (F3, 26 anos).

Contudo, revela sentimentos de culpa por não estar mais presente e colaborando com os pais.

“Eu que me sinto no dever de fazer alguma coisa por eles o tempo todo. E, às vezes, fico até mal que eu to aqui e não posso fazer. É até um dos motivos pelo qual eu me aproximei do PR, que é esse meu irmão fora do casamento, porque ele é... vou te falar que ele é o que cuida mais do meu pai, ele cuida muito do meu pai (...) Ai às vezes eu fico pensando ‘poxa, eu to aqui, podia tá fazendo isso’. Acho que era o momento para eu estar fazendo essas coisas, mas eu to longe.” (F3, 26 anos).

No relato da entrevistada, parecem estar presentes o sentimento de vulnerabilidade e as ameaças de abandono, não permitindo que a transição para etapa adulta independente ocorra de forma tranquila. O afastamento imposto pelo investimento na própria formação acadêmica, movimento natural desse momento do ciclo de vida, é vivido com muito sofrimento (Bowlby, 1988; Carter & McGoldrick, 1995). A entrevistada demonstra, ainda, que a sua vida pessoal e social tinham pouca importância diante da perspectiva de estar com os pais, conforme ressaltado por Drenovsky e Meshyock (2000). A fala acima revela também a culpa sentida por não estar exercendo o papel de cuidadora, que a entrevistada acredita ser seu dever de filha (Jurkovic, 1997), e a importância da rede de apoio fraterna para amenizar suas preocupações (Goldsmid & Féres-Carneiro, 2011)

Preocupações filiais e expectativas parentais

Na parentalidade tardia, há um desencontro das etapas do ciclo vital de pais (idosos) e filhos (jovens adultos), no sentido de que não há uma geração intermediária e são os próprios filhos, em processo de saída da casa dos pais, que precisam estar atentos aos idosos. Também, a expectativa parental de extensão da família, como a chegada de netos, pode ser frustrada (McCullough & Rutenber, 1995). Os pais de dois entrevistados já desejam seus netos, mas isso não parece afetar os planos dos filhos.

“E ele fica nessa, já que ele tá vendo que ele já tá mais para frente, ele fica: ‘meus netos hein, meus netos hein, meus netos hein.’ (...) É de vez em quando. Se fosse todo dia eu ia falar: ‘tá de sacanagem? Adota uma criança e trata como um neto. Aí você vai ser avô-pai.’ Mas ele fica nessa de ser pai-avô.” (M1, 26 anos).

“O sonho dele é ser avô e avó. E o meu irmão, a mulher dele não quer ter filhos. Ela é mais velha que eu, não muito mais velha, uns quatro anos. Ela fez 34, ele vai fazer 30. E eu quero ter muitos filhos, ter dinheiro para ter muitos filhos, mas meu namorado a princípio não quer ter filhos, mas isso aí... zero quero agora (...)” (F1, 25 anos).

Nos relatos dos entrevistados, as suas preocupações configuram-se em torno da saúde, solidão, relacionamento dos pais e felicidade dos mesmos. Sobre o último assunto, dois deles manifestam-se.

“Eu sofria com isso, com a infelicidade dele, com a insatisfação, com a permanente grosseria, me afetava muito nesse sentido de ficar com uma relação tão pesada. Eu queria fazer aquilo melhorar, inclusive por mim, inclusive pela minha mãe, inclusive pelos amigos dele.” (F2, 28 anos).

“minha mãe não trabalha, então, eu acho que é importante ela ter uma... algo para se ocupar, acho que minha mãe precisa. E por ela ter essa sensibilidade na vista, na visão, ela não faz muita coisa que exija dela, ela não pratica esporte, porque ela não pode. Ela sempre pintou porcelana, mas aí a visão ficou pior e ela parou de pintar. Então, eu sinto que ela precisa de algo para se ocupar, para se preocupar, nem que seja um negócio. Eu falo ‘mãe, você precisa, que isso te motiva’. Hoje em dia, acho ela mais triste, porque acaba que ela fica sem uma função sabe, se sentir vivo, se sentir útil.” (M3, 25 anos).

O filho relata a preocupação com a “qualidade de vida” diante do contexto da aposentadoria. De fato, a aposentadoria priva os pais de muitos papéis importantes e implica em perda financeira, de prestígio e do sentido de competência e utilidade, além da diminuição da rede social, que afeta a autoestima dos indivíduos e seu sentimento de bem-estar. Já na primeira fala, a preocupação da filha está mais ligada à “satisfação de vida”, variável intrapsíquica influenciada pelas características de personalidade, que refletem na felicidade dos pais como postulado por Neto (1999); e por Paúl, Fonseca, Martin e Amado (2005).

A respeito do relacionamento dos pais, nos dois casos em que eles são divorciados, há ainda uma relação de apoio dos ex-cônjuges. Em uma das falas, persiste a preocupação da filha com os conflitos entre eles. Na outra, ela está ligada aos conflitos pós-divórcio, porém pelo aspecto financeiro.

“Quem vê de fora pensa que eles estão juntos, mas minha mãe sempre faz questão de... ela tem muita mágoa, muito rancor ainda. Assim, minha mãe hoje em dia tá um pouco mais cuidadosa porque meu pai tá mais debilitado, ele tá ... já não tá muito bem de saúde. Então minha mãe meio que cuida um pouco dele, porque meu pai ficou sozinho (...) Eu acho que eles fazem o possível para não me envolver [nos conflitos]. Para que eu não fique muito preocupada, mas eles contam quando... naturalmente, sabe? Ai eu percebo que não tá muito bem, que a coisa não tá boa, ai eu vou e tento intervir.” (F3, 26 anos).

“Ele confia, conversa. Eles têm um carinho mesmo. Um ainda ajuda o outro às vezes. Diria que na família tenho uma preocupação com o que envolve a parte da família brigada. Tem diversas preocupações, ações trocadas, tem um ambiente meio belicoso, então, toda uma preocupação com o patrimônio que a minha mãe ficou depois do divórcio, tem essa preocupação.” (M2, 29 anos).

Nas famílias em que os pais são casados, os filhos demonstram preocupação, não com conflitos, mas com a qualidade do relacionamento parental.

“É, ver se eles vão conseguir se cuidar de fato sozinhos, os dois, e como vai ser a relação deles, porque... enfim, eu não quero ficar me metendo na relação deles dois, o casamento é deles. (...) A diferença de idade dele para minha mãe também me preocupa, às vezes, porque o conflito geracional sempre existiu, mas é o conflito mais o meu pai ficando cabeça dura e minha mãe vai ficando cada vez mais preocupada, meu pai da aquelas patadas, sei lá. Eu fico preocupado com a relação deles, me preocupo deles morando numa casa tão grande, acho que não tem necessidade.” (M1, 26 anos).

“Tinha também a preocupação emocional com ela (mãe), porque eu achava ela muito dependente do meu pai, numa relação, que não é abusiva, mas muito torta e não saía. (...) Minha preocupação com ela era isso, de não ter uma vida própria, sair com as amigas, tinha zero vaidade, ao contrario de mim, que desde pequena colocava brinco e tal, sabe? Ela não tinha um investimento nela própria, quase que nenhum”(F2, 28 anos).

Por parte dos pais, há uma expectativa de colaboração dos filhos para a melhor comunicação na família e com questões mais práticas, como finanças e trabalho.

“(...) Solicitam bastante: ‘fala pro seu pai que..’. A comunicação deles, eles ainda me usam para conversar um com o outro, para perguntar alguma outra coisa.(...) [é uma ajuda] Relacional e na questão do trabalho ainda (...) ficaram algumas rebarbas do trabalho que eles dois não cuidavam, não cuidam mais, então, cuido eu.” (M2, 29 anos).

“Agora de fato eles contam para outras coisas, como por exemplo: ‘vá conversar com seu irmão sobre o futuro dele, porque nós estamos preocupados’. Ou então: ‘meu filho, preciso conversar com você sobre, sei lá, finanças da casa. Quero saber sua opinião

sobre o que eu vou fazer com este dinheiro' (...) Eu sempre procuro atender. Sempre, sempre. Ah não ser que eu ache que seja uma coisa absurda. (...) Eu vou me meter aonde eu acho que eu devo me meter.” (M1, 26 anos).

O olhar atento sobre o relacionamento dos pais não deixa de ser um cuidado a respeito da felicidade dos mesmos. É possível perceber, também, que essa preocupação existe no sentido de os pais poderem ser rede de apoio mútuo, aliviando, talvez, as responsabilidades dos filhos perante a solidão e saúde dos mais velhos. A solidão dos pais é um tema abordado, expressamente, por dois entrevistados, que estabeleceram formas de atenuar a condição solitária de seus pais, sendo um deles divorciado e outro viúvo.

“me preocupo porque meu pai já tem idade, mora sozinho, administra a casa dele, então... o dia a dia dele me preocupa, é um cara mais sozinho, chega numa idade que os amigos dele começam tudo a morrer. Começa a ficar dois velhinhos sozinhos. Minha mãe não, porque ela é mais nova, mas o meu pai sim. (...) Minha mãe sempre foi muito mais agregadora, assim, para encher a casa de pessoas, meu pai mais isolado, mais difícil de relacionamento. (...) a parte do meu pai, com a solidão dele, eu fui bem... eu estabeleci uma regra. Então, tenho uma regra que eu meio que reservei uma refeição por semana para eu visitar. Estabeleci essa regra.” (M2, 29 anos).

“Eu queria que ele tivesse mais amigos, queria que ele tivesse mais vida social, enfim. Mais velha eu fui tentando conversar com ele, dar conselhos nesse sentido, depois que minha mãe morreu também, pra ele se colocar numa vida social, encontrar alguém legal e tal, mas era muito difícil pra ele. (...) Basicamente isso que me mantinha lá alguns dias, minha preocupação de deixar o T. (pai) sozinho. Tanto que quando ele, ele teve algumas namoradas, quando ele tava namorando alguém, eu ficava menos em casa, uma mulher ficava lá, eu me preocupava menos.” (F2, 28 anos).

Sob o viés da expectativa parental, apenas uma entrevistada relata uma cobrança expressa de sua companhia. Outro, porém, reconhece ser a base emocional da mãe, não se permitindo ausentar.

“ele sempre me cobrou muito e uma coisa que ele me via como uma má filha, de fazer pouca companhia, mas eles exigia umas coisas muito doidas e muito unilaterais que me irritavam com o passar do tempo. (...) Fazia até certo ponto, mas para mim era muito difícil me sentir cobrada. Com o passar do tempo, chega, tá demais.” (F2, 28 anos).

“Minha mãe conta muito emocionalmente, qualquer coisa ela chora, ela fala que a gente não apoia ela. Minha mãe é uma novela mexicana. Minha mãe chora, toda semana minha mãe chora, eu vejo minha mãe chorar (...) E meu pai é o contrario. É muito animado, muito feliz, muito agitado. É o contrario, é uma balança.

Minha mãe eu sinto que ela sempre contou muito comigo. (...) Então, assim, sempre, para eles eu sinto que a gente (filhos) é uma base emocional. (...) Sentia, sei lá, que minha mãe precisava de mim, sempre senti isso. Até hoje eu sinto. Sinto que minha mãe precisa de mim. Eu acho que a base da minha mãe é muito eu. Óbvio, meu pai e meu irmão também, mas eu acho que ela sente mais segura, sinto que tem uma energia a mais comigo.” (M3, 25 anos).

A preocupação dos entrevistados e cobranças de seus pais são fundamentadas nas perdas afetivas que, inevitavelmente, assolam os mais velhos, como a saída dos filhos de casa, a aposentadoria, a morte de amigos, que colaboram para o profundo sentimento de solidão e desânimo (Figueiredo, 2007). Assim, os filhos dedicam-se aos pais idosos e criam estratégias para tentar amenizar esses sentimentos, mas esse processo pode esbarrar no exercício da autonomia e nas realizações pessoais, como ressaltado por Paúl (2005). As falas revelam a solidariedade dos filhos para com os pais no sentido estrutural, associativo, emocional e normativo (Bengston & Roberts, 1991).

O processo de envelhecimento é comum a todos os indivíduos e os filhos precisam encarar essa realidade em relação aos seus pais. No caso dos filhos tardios, porém, eles precisam lidar com esse fato mais cedo no seu ciclo vital, o que resulta em preocupações, inclusive de forma antecipada.

“Eu penso de vez em quando que eles vão envelhecer e vai ser foda (...) eu sei que vai cair sobre mim, até porque sempre caiu sabe? Quando minha mãe perdeu a memória, sempre nessas situações era comigo. Meu dindo já faleceu e tinha uns negócios, quando ele teve AVC, umas crises, era sempre comigo. Eu ficava muito tempo só eu e ele. Comigo já aconteceu muita coisa, então eu sinto que vai cair em mim, eu não queria muito, mas...(M3, 25 anos).

“É um conflito de gerações tão grande, pessoas que pensam coisas tão distintas, não só por isso, mas também porque meu pai vai ficando cada vez mais velho, enfim, pessoas mais velhas vão ficando cada vez mais com cabeça dura, e a gente tem que aprender a ter cada vez mais paciente e eu acho que me fez uma pessoa com mais paciência.” (M1, 26 anos).

“Meus irmãos são muito desligados, parece que nega. Um foi morar em Cabo frio, brigou com minha mãe porque não entende o jeito durão dela. Ai a pouco tempo eu tinha que ficar intermediando essa relação: ‘olha só para de brigar com sua mãe que daqui a pouco ela...’. Eu falei mesmo ‘sabe a idade dela? Daqui a pouco ela vai falecer e você vai ficar sem falar com a sua mãe?’.” (F3, 26 anos).

Envelhecer é mais uma passagem de fases do ciclo vital e pode ser vivida de forma positiva, saudável e feliz. As alterações físicas, psicológicas e sociais

são mais difíceis que em outras etapas, sendo natural a preocupação demonstrada pelos filhos tardios. O envelhecimento exige um intenso trabalho, por parte do idoso, para adaptar-se às suas novas condições e manter a qualidade de vida, porém também há uma adaptação necessária por parte dos filhos, que têm a relação de reciprocidade de apoio reduzida (Eggebeen & Zarit, 1995; Figueiredo, 2007; Zimmerman, 2000).

Sobre a saúde dos idosos, mais da metade dos entrevistados demonstra um olhar atento para a questão, com estímulo para que os mais velhos busquem médicos e façam exames regulares.

“Preocupo sim, acho que todo filho deve ter suas preocupações, mas eu acho que meu pai ser muito mais velho é uma preocupação, ele já anda muito esquecido, essas coisas, normal da idade né? (...) O P. (irmão) já veio me dizer, umas duas vezes, ‘acho que nosso pai tá cm Alzheimer, aconteceu isso, isso e isso. Não é só esquecer, aconteceu isso.’ Nem lembro o que foi, mas falei ‘você tá mais perto, acompanha um pouco. Presta atenção e tal. Se mais para frente persistir, a gente leva ele no neuro. Ele querendo ou não, a gente leva de todo o jeito.’ Mas aí parece que ficou tudo bem. Nós conversamos. A gente tá sempre prestando atenção.” (M1, 26 anos).

“Agora, meu pai não vai ao médico há, sei lá, 30 anos, aí a gente ficava ‘pai, vai ao medico, você tem que fazer exame, não custa nada, eu quero ter você até...’ (...) Acho que ele tem preguiça, acho que não deve gostar, ter medo de descobrir alguma coisa. Se não descobrir, não tem, né? Mais ou menos isso.” (F1, 25 anos).

“Meu pai tem essa de não ir a médico. Homem. Minha mãe vai direto, tá sempre se cuidando. E meu pai não. E ele visivelmente é mais debilitado. Acho que por ser muito sensível com a vida, tá demais. eu vejo ate que ele tá meio depressivo, tudo ele chora, só dorme, não sai. Ai P (irmão) tá sempre marcando médico e indo com ele.”(F3, 26 anos).

“Por muito tempo a minha principal preocupação com ela foi o câncer, 7 anos com a doença antes de morrer, durou muito. A partir do momento que ela desenvolveu aquilo, pra mim foi muito assustador a ideia de que um dia eu ia perder ela para aquela doença, claro que essa era a minha maior preocupação (...)” (F2, 28 anos).

Esses relatos corroboram a postulação de Bowen (1976), segundo a qual, a reação emocional da família, diante da doença ou morte, ocorre conforme a importância do papel exercido e grau de dependência emocional em relação ao doente. No contexto da parentalidade tardia, os filhos convivem mais precocemente com a morte, doenças ou outros aspectos típicos do envelhecimento, cercado-se de preocupações de outra etapa do ciclo vital,

tornando-se mais cuidadores e sentindo-se mais responsáveis. A reação emocional da família, diante do declínio de saúde ou morte de um ente querido, ocorre conforme a importância do papel exercido e grau de dependência emocional em relação ao doente.

A preocupação dos filhos tardios com a saúde dos próprios pais implica em grande sofrimento, inclusive por, muitas vezes, ainda estarem no processo de tornar-se independentes (McCullough & Rutenber, 1995). Assim, é natural que o declínio da saúde e o temor da morte dos pais mobilizem fortemente os filhos, que redirecionam suas forças para atender as necessidades dos mais velhos, alterando o estilo de vida e os papéis, que podem ser invertidos, no sentido de os filhos passarem a se sentir cuidadores dos pais, como formulado por Boszormenyi-Nagy e Spark (1984); Drenovsky e Meshyoc (2000); e Spira e Wall (2006).

Nos relatos de duas entrevistadas, em especial, fica evidente os sentimentos de angústia de morte, que as acompanha desde sempre e, em um dos casos, por ser tão ameaçador, é “assunto proibido”, e é negada a possibilidade da morte.

“Eu acho que eu sempre tive medo da morte dos meus pais. (...) Como se os dias estivessem contados, porque observando as diferenças dos pais dos coleguinhas, e dos meus pais, é como se meus pais sempre estivessem a beira da morte. Isso sempre foi uma questão para mim e é até hoje, porque parece que cada vez que você olha isso se torna mais real. Acho que são as mortes de todos os dias, porque acho que acontece uma diferença absurda em muito pouco tempo. O meu pai nos últimos 5 anos ele envelheceu demais. Então, o meu pai hoje não é o mesmo pai de 5 anos atrás e são esses lutos diários que eu tenho que vivenciar, mas isso sempre foi questão para mim, assim, muito medo que meus pais falecessem.” (F3, 26 anos).

“É, eu não gosto nem de pensar. Fico muito mal. Meu terapeuta sempre tenta falar disso e eu não consigo... esse dia não vai chegar. (...) Eu fico muito mal. Ainda mais que eu sou muito ligada no meu pai.” (F1, 25 anos).

A vulnerabilidade sentida, em função da ameaça de abandono, tendo em vista a idade avançada dos pais, fica nítida na fala a seguir:

(...) No sentido de eu estar mais em paz, de eu ter o meu, e não ... sei lá uma fantasia de não me sentir sozinha. De ter a minha família, ter o meu lugar. Porque eu acho que é meio o fluxo das coisas. E parece que por ter os pais mais velhos é como se isso me fosse roubado, como se de repente eu fosse ficar sozinha, sem eu ter construído a minha família, né, antes disso.” (F3, 26 anos).

Por mais que aceitar a própria mortalidade seja tarefa desenvolvimental dos idosos, os filhos tardios deparam-se com uma grande dificuldade de, ainda jovens, precisarem encarar essa possibilidade (Brown, 1995). Desejam apenas a presença dos pais por tempo prolongado e, em especial, nos grandes marcos da vida.

Planejamento de futuro

Apenas uma das entrevistadas é filha única. Outros dois entrevistados têm irmãos de outra geração, apesar disso, um deles, se sente filho único. Assim, nos relatos dos “filhos únicos”, aparece a insatisfação com essa condição, revelando o desejo de que os pais tivessem tido mais de um filho.

“Eu queria muito ter pelo menos dois filhos. Não queria que meu filho fosse filho único, porque eles vão ter um pai mais velho, P. (marido) já tá com a idade que meu pai tinha quando eu nasci, tá com 45, tudo bem, vão ter uma mãe bem mais jovem, mas eu achei muito pesado, especialmente depois que meus pais morreram, ser filha única, passar por isso sozinha. (...) durante a criação, durante a minha vivência, eu sentia falar de ter um irmão para dividir as coisas difíceis, as coisas boas e tal. (...) Preferia ter tido um irmão isso. E eu gosto de pensar que eu vou fazer as coisas que me desagradavam na minha casa da maneira diferente.” (F2, 28 anos).

“O fato de eu não ter tido irmão e sempre ter gostado muito da relação mais próxima que eu tinha de um irmão, hoje, eu gostaria de ter mais de um filho, então... traduzo isso nesse sentimento, uma experiência ruim com a vontade de ter agora, expressa nisso. (...) Não gostaria de ter a família com um filho. Acho que essa convivência faltou, mas também faltou muito porque a primeira família do meu pai nunca foi mesmo uma família de fato, foi uma família meio esporádica, então... é uma coisa que eu não quero cultivar pro meu futuro, pra minha família, pra família da L.. Quero ser muito mais agregador do que meu pai foi, apesar de não ser muito assim, sou bem mais tímido do que agregador, mas ... eu me preocupo.” (M2, 29 anos).

Essas falas reforçam o papel estruturante da fratria na família. Os sujeitos demonstram a falta sentida por não ter irmãos como fonte de ajuda recíproca, de colaboração e de assistência em um nível de igualdade. Irmãos de uma mesma geração representam também possibilidades de identificação, que os pais não podem oferecer. Os entrevistados percebem que a presença da rede fraterna poderia ser positiva tanto para o compartilhamento das “coisas boas da vida” quanto dos cuidados necessários nos momentos difíceis – individuais e familiares,

como o envelhecimento, declínio da saúde, solidão e falecimento (Goldsmid & Féres-Carneiro, 2011; Losso, 2001).

Apenas um dos sujeitos diz expressamente não querer “repetir” a história dos pais, no sentido de adiar a parentalidade.

“Eu não quero ter filho tarde, porque eu quero curtir mais os meus filhos, quero estar mais disposto para eles. (...) Não quero ter filho com a idade que minha mãe me teve, com 40. Tipo, por mim, eu gostaria muito de ter uma situação financeira, hoje, que me permitisse ter filho hoje (...) por mim daqui a três anos eu teria filho, eu gosto de criança, eu gosto de família, eu gosto de criar.” (M3, 25 anos).

Os planos futuros, do mesmo entrevistado e de outros dois, estão vinculados à importância dada à presença dos pais na vida deles e de seus futuros filhos.

“Eu não vejo a hora de criar minha própria família, da minha mãe ter netos, de cuidar deles, eu sei que minha mãe vai me ajudar muito sabe? E por isso eu tenho uma preocupação, porque eu não quero que ela envelheça logo para ela não perder isso.” (M3, 25 anos).

“Eu sempre pensei muito na vida, assim... eu lembro de jovem, bem adolescentinha, naquela época de igreja, de pedir muito a deus, ‘poxa, meu deus, só permita que meus pais tenham ido quando eu conseguir construir minha família, quando eu tiver o marido, casar, tiver os meus filhos, a minha casa. (...) Eu queria muito casar logo para poder os meus pais participarem disso. Às vezes eu sinto muito medo. Porque tá tudo muito diferente, né? Não vou me precipitar por causa disso, mas é um medo que me dá assim: quando que eu vou me casar, ter minha casa? Quando que eu vou ter o meu filho para meus pais curtirem o netinho? Parece que é algo que nem vai acontecer, sabe? Às vezes eu tenho esse medo. (...) eu fico preocupada de eles não participarem disso quando chegar minha vez.” (F3, 26 anos).

“Meu sonho é eu casar. Só pelo o fato de eu estar de branco com meu pai do meu lado. Não é nem pela festa em si, adoraria ter. Mas eu e meu pai me entregando para alguém. Não me entregando, mas... de eu estar com meu pai.” (F1, 25 anos).

Os relatos revelam a dependência emocional dos filhos em relação aos pais. Vale lembrar que esses entrevistados ainda não são casados, de forma que a presença dos pais nos rituais de passagem, como o casamento, ganha especial importância, inclusive por ser um momento simbólico de concretização da passagem para vida adulta independente: a separação da família de origem para a construção do seu próprio núcleo familiar. Encarar o envelhecimento, o possível declínio da saúde ou o mesmo o falecimento dos pais pode dificultar e até impedir

que jovens adultos concluem a tarefa desenvolvimental de tornar-se independentes (Carter & McGoldrick, 1995; McCullough & Rutenbergl995).

A idade dos pais influencia os planos de uma entrevistada, em termos de postergação de planos, visando não estar distante dos pais, o que reforça a ideia de que a ameaça de abandono está presente na vida de filhos tardios.

“E até assim quando eu penso em... uma coisa que eu jamais pensava em morar fora do Brasil e eu acho que eu não pensava por isso, porque vinha a cabeça ‘como é que eu vou deixar os meus pais? E se acontece alguma coisa com eles e eu não tô aqui?’. (...) Preciso conviver com os meus pais. Depois eu tenho a minha vida inteira pela frente para pensar aonde eu vou morar, o que eu vou fazer.” (F3, 26 anos).

Fica claro que o medo permanente de perder os pais traz um sentimento de “tempo de convívio roubado”, para além da percepção da necessidade de cuidados, não permitindo quaisquer tentativas de afastamento por parte dos filhos. Os jovens apresentam grande dificuldade em aceitar a (maior) proximidade da morte dos pais mais velhos. Dessa forma, a entrevistada demonstra ser capaz de renunciar aos próprios desejos e projetos de vida para estar mais próxima e disponível para os pais (Drenovsky & Meshyock, 2000).

3.3. Considerações Finais

A parentalidade tardia se faz cada vez mais presente na sociedade contemporânea. A maior parte dos estudos sobre a questão tem como interesse as motivações para o adiamento e os desafios enfrentados pelo casal conjugal na transição tardia para o papel parental.

O presente estudo teve como objetivo investigar a repercussão da parentalidade tardia na vida adulta dos filhos, sob a percepção dos mesmos. Nele, esta questão foi investigada pelo viés da repercussão do desencontro das etapas desenvolvimentais tradicionais na vida dos filhos tardios. Não teve, contudo, foco no fato de os sujeitos serem filhos de pais mais velhos, mas sim no processo de transição para vida adulta, nas preocupações e nos planejamentos de futuro, podendo a questão geracional surgir ou não. Em todas as entrevistas, essa particularidade apareceu, especialmente, nas preocupações dos entrevistados. Vale ressaltar que é possível que os sujeitos estivessem indo ao encontro do que

acreditavam que era esperado deles, haja vista que tinham conhecimento do tema sobre o qual versava a pesquisa.

Os relatos dos entrevistados indicam a dificuldade na transição para a vida adulta independente. Ela fica evidente no processo de saída casa dos pais, na dependência emocional e estrutural, e na responsabilidade sentida com relação à geração mais velha. A inexistência de uma geração outra intermediária concentra as preocupações e os cuidados com o envelhecimento, seja a respeito da saúde, da solidão e da felicidade dos pais, nos jovens adultos. A fratria também se mostrou um aspecto de influência para os sentimentos dos entrevistados. As expectativas parentais giram em torno da colaboração dos filhos para a melhor comunicação na família e com questões mais práticas, como finanças e trabalho. Também por parte dos pais, aparece uma dependência emocional, como necessidade de apoio e companhia frente à solidão sentida ou “ninho vazio”. A etapa do ciclo vital de seus ascendentes repercutiu nos planejamentos futuros do filho, em especial, para a formação de seu próprio núcleo familiar, mas também em termos de adiamento de possíveis afastamentos.

Este estudo se deparou com a dificuldade de encontrar sujeitos com as características estipuladas. Ainda, algumas vezes, os possíveis entrevistados não se sentiam preparados emocionalmente para participar da pesquisa, por estarem enfrentando momentos difíceis, próprios do envelhecimento dos pais. Sendo a parentalidade tardia um fenômeno em crescimento, é provável que, em alguns anos, seja mais fácil encontrar sujeitos para estudos como este, superando essa barreira.

Posteriormente, os resultados do “Questionário sobre a Parentalização”, respondido pelos participantes do presente estudo, serão analisados e relacionados com o conteúdo das entrevistas. Seria uma interessante proposta, realizar um estudo observando possíveis distinções nas famílias em que os pais tardios sejam casados ou separados; em que ambos, pai e mãe, sejam mais velhos ou em que apenas um deles seja. A presença ou ausência de irmãos – da mesma geração ou de gerações distintas – poderia também ser um aspecto para ser estudado no contexto da parentalidade tardia. Por fim, destaca-se que a literatura e as pesquisas sobre o tema, principalmente sob a perspectiva dos filhos, são escassas, sendo

importante realizar novos estudos que explorem diferentes aspectos desse fenômeno.

4. Conclusão

O presente estudo procurou investigar as repercussões da parentalidade tardia na vida dos filhos, sob a perspectiva dos mesmos, observando sua infância, adolescência e vida adulta, e a possibilidade de parentalização nesse contexto. Nesse sentido, teve seu foco no desenvolvimento infanto-juvenil dos entrevistados, na repercussão do desencontro das etapas desenvolvimentais tradicionais na vida dos filhos tardios, no processo de transição para vida adulta e nas preocupações e no planejamento de futuro desses sujeitos.

Mais comumente, a literatura sobre o tema se dedica à perspectiva das mães e pais nesse contexto, nas suas motivações para o adiamento e os desafios enfrentados pelo casal conjugal na transição tardia para o papel parental, de forma que conhecer a percepção dos filhos tardios a respeito de suas próprias experiências no sistema familiar, tanto nuclear, quanto ampliado, foi muito enriquecedor para a uma visão mais ampla sobre a parentalidade tardia. Sendo um fenômeno cuja incidência na sociedade contemporânea vem aumentando, seja pelas mudanças sociais e culturais, seja por escolhas pessoais, facilitadas pelas inovações tecnológicas no campo da reprodução assistida, a tendência é que, em alguns anos, haja um aumento significativo de sujeitos que se enquadram no perfil dos filhos tardios, evidenciando a importância de estudos como este.

Os resultados encontrados indicam que os filhos tardios atribuem aspectos positivos à história de vida dos pais mais velhos, ressaltando o valor da bagagem cultural e das experiências que eles trazem para o convívio familiar. A disponibilidade que a aposentadoria proporciona e a estabilidade financeira já adquirida, nesse momento de vida, também são temas que aparecem como características positivas em seus contextos. Por outro lado, os sujeitos percebem também desafios na diferença geracional, traduzidos em conflitos, em uma relação de mais respeito e distância afetiva entre pais-filhos, em dificuldade de compreensão cultural e em práticas educativas distintas da tendência contemporânea. Outra diferença, quanto à tendência contemporânea, observada no relato dos entrevistados, é o maior foco dos pais no grupo familiar, em contraposição ao olhar mais individualizado e de destaque das crianças, fato que parece alinhado à priorização da busca pelo prazer. Os resultados encontrados revelam também a percepção dos filhos tardios de que seus pais têm dificuldade

de encontrar o equilíbrio entre a proteção excessiva e a falta de cuidado, interferindo no processo de busca pela liberdade e autonomia.

Outro tema muito presente foi o envolvimento dos filhos nos conflitos conjugais dos pais, seja na mediação ou como apoio emocional, esbarrando no desenvolvimento emocional dos sujeitos, que têm a atenção e a disponibilidade afetiva deslocada para atender às demandas, não necessariamente expressas, dos pais. Como saídas encontradas para tal envolvimento, apareceram a evitação dessas situações conflituosas, que inevitavelmente deixam os filhos em conflitos de lealdade, ou a aceitação do papel de apoio emocional de que o pai e a mãe necessitam, suprimindo sentimentos de desamparo e angústia parentais. Também ficou em evidência a possibilidade de ligação estreita entre o(a) filho(a) e um de seus pais, enquanto o outro ocupa uma posição solitária e distante, revelando uma formação triangular nessas relações, em função de as fronteiras entre os subsistemas conjugal e parental estarem difusas.

A transição dos sujeitos para a vida adulta independente revelou-se um difícil processo para ser realizado pelos filhos tardios, seja por parte deles ou de seus pais. Tal dificuldade repercutiu na saída da casa dos pais, aparecendo uma relação de dependência emocional, que demonstra o sentimento de vulnerabilidade e a presença de ameaças de abandono, e de dependência estrutural (apoio) da família. A permanência na casa dos pais não parece interferir no exercício da liberdade desses jovens adultos, indicando uma valorização da igualdade e individualidade entre membros familiares. Outro resultado muito significativo foi a responsabilidade sentida pelos filhos tardios com relação aos pais mais velhos, que se intensifica pela ausência de uma geração intermediária para compartilhar as preocupações e os cuidados com o envelhecimento, a respeito da saúde, solidão e felicidade dos pais. Os filhos dedicam-se aos pais idosos e criam estratégias para tentar lidar com essas preocupações e cuidados, mas as alternativas encontradas podem esbarrar no exercício da autonomia e nas realizações pessoais. Os filhos tardios lidam desde cedo com o processo de envelhecimento dos pais, o que, às vezes, resulta em sentimentos de angústia de morte.

Os resultados indicam, também, a importância da rede fraterna tanto no compartilhamento das “coisas boas da vida”, quanto dos cuidados necessários nos

momentos difíceis – individuais e familiares, como o envelhecimento, declínio da saúde, solidão e falecimento. Além disso, a presença dos pais nos rituais de passagem, como o casamento, ganha especial destaque, inclusive por ser um momento simbólico de concretização da passagem para vida adulta independente: a separação da família de origem para a construção do seu próprio núcleo familiar, de forma que a etapa do ciclo vital dos pais repercute nos planejamentos futuros dos filhos, em especial, na formação de seu próprio núcleo familiar.

Por fim, ressalta-se que não foi possível avaliar, dentro do cronograma planejado para a presente dissertação, os dados coletados com a aplicação do “Questionário sobre a Parentalização”, proposto por Jurkovic (1997). Este material será objeto de posterior estudo, dando continuidade à pesquisa realizada.

5. Referências Bibliográficas

- Andrada, E. G. C. de & Irigonhe, C. A. D. (2008). Elaboração de escala de diferenciação do eu. *Revista caminhos*, 1(9), 113-122 (janeiro-dezembro).
- Araújo, M. F. (2009). Gênero e família na construção de relações democráticas. In: T., Féres-carneiro (Org.). *Casal e família: permanências e rupturas* (pp. 9-23). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ariès, P. (1978). *A história social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Itc.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barros, M. M. L. (2004) Velhice na contemporaneidade. In: C. E. Peixoto (Org.) *Família e envelhecimento* (pp.13-23). Rio de Janeiro: Editora FGV
- Benetti, S. P. C. (2006). Conflito conjugal: impacto no desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. *Psicol. Reflex. Crit.*, 19(2), 261-268.
- Bengtson V. L., & Roberts, R. E. L. (1991, November) Intergenerational solidarity in aging families: an example of formal theory construction. *Journal of Marriage and the Family*, 53(4), pp. 856-870. <http://www.jstor.org/stable/352993>
- Borges, C. C., & Magalhães, A. S. (2009). Transição para a vida adulta: autonomia e dependência na família. *Psico*, 40(1), 42-49 (janeiro-março). Porto Alegre: PUCRS.
- Boszormenyi-Nagy, I., & Spark, G. (1984). *Invisible loyalties: Reciprocity in intergenerational family therapy*. (2nd ed.). New York: Brunner/Mazel. (Obra original publicada em 1973)
- Boszormenyi-Nagy, I., & Krasner, B. (1986). *Between give and take: A clinical guide to contextual therapy*. New York: Brunner/Mazel.
- Bowen, M. (1976). Theory in the practice of psychotherapy. In P. J. Guerin (Ed.) *Family therapy: theory and practice* (pp. 42-90). New York: Gardner Press.
- Bowen, M. (1978). *Family therapy in clinical practice*. New York: Jason Aronson.
- Bowen, M. (1979). *De la familia al individuo: la diferenciación del si mismo em el sistema familiar*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica.
- Bowlby, J. (1990). *Apego: a natureza do vínculo* (2a ed, vol.1). (Apego e perda). São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1969).

- Bowlby, J. (1998). *Separação: angústia e raiva* (3a ed, vol. 2). (Apego e perda). São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1973).
- Brown, F. H. (1995) O impacto da morte e da doença grave sobre o ciclo de vida familiar. In: B. Carter & M. McGoldrick (Eds.) *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. (2a ed., pp. 393-414). Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Bucher-Maluschke, J. S. N. F. (2008). Do transgeracional na perspectiva sistêmica à transmissão psíquica entre as gerações na perspectiva da psicanálise. In M. A. Penso & L. F. Costa (Orgs.). *A transmissão geracional em diferentes contextos. Da pesquisa à intervenção* (pp. 76-96). São Paulo: Summus.
- Carolan, M. (2005). "Doing it properly": The experience of first mothering over 35 years. *Health Care for Women International*, 26(9), 764-787.
- Carter, B., & McGoldrick, M. (1995). As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar. In: B. Carter & M. McGoldrick (Eds.) *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar* (2a ed., pp. 7-28). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Cecconello, Alessandra Marques, De Antoni, Clarissa, & Koller, Sílvia Helena. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8(spe), 45-54. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722003000300007>
- Cummings, E. M. (1998). Children exposed to marital conflict and violence: Conceptual and theoretical directions. In G. Holden, B. Geffner & E. Jouriles (Eds.), *Children exposed to marital violence: Theory, research, and applied issues* (pp. 21-53). Washington, DC: American Psychological Association.
- Cummings, E. M., Goeke-Morey, M.C., Papp, L.M., & Dukewich, T. (2002). Children's responses to mothers' and fathers' emotionality and tactics in marital conflict in the home. *Journal of Family Psychology*, 16(4), 478-492.
- Dolto, F. (1988). *Quando os pais se separam*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Drenovsky, C., & Meshyock, M. (2000). Young adult's perception of their relationship with parents: an exploration into the effects of late birth timing. *International Social Science Review*, 75 (3/4), 15-22.

- Eggebeen, D., & Zarit, S. (1995). Parent-child relationships in adulthood and old age. In: M. Bornstein (Ed.). *Handbook of parenting* (vol.1, pp. 119-140). Mahwah: Laurence Erlbaum.
- El-Sheikh, M., & Harger, J. (2001, November). Appraisals of marital conflict and children's adjustment, health, and physiological reactivity. *Developmental Psychology* 37 (6) 875-885.
- Féres-Carneiro, T. (2005). *EFE: Entrevista Familiar Estruturada: Um método clínico de avaliação das relações familiares*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2011). A parentalidade nas múltiplas configurações familiares contemporâneas. In L.V.C. Moreira, & E.P. Rabinovich (Orgs.). *Família e Parentalidade: olhares da psicologia e da história* (pp. 117-134). Curitiba: Juruá.
- Figueiredo, L. (2007). *Cuidados familiares ao idoso dependente*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Goldsmid, R., & Féres-Carneiro, T. (2011). Relação fraterna: constituição do sujeito e formação do laço social. *Psicologia USP*, 22(4), 771-788. Epub 21 de novembro de 2011 de <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642011005000031>.
- Grych, J. H., & Fincham, F. D. (1990, September). Marital conflict and children's adjustment: A cognitive-contextual framework. *Psychological Bulletin*, 108 (2), 267-290.
- Guede, D. D., Monteiro-Leitner, J., & Machado, K. C. R. (2008). Rompimento amoroso, depressão e autoestima: estudo de caso. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 8(3), 603-643. Recuperado em 22 de janeiro de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482008000300003&lng=pt&tlng=pt.
- Henriques, C. R., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2006). Trabalho e família: o prolongamento da convivência familiar em questão. *Paidéia (Ribeirão Preto)* 16(35), 327-336. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2006000300004>
- Jurkovic, G. J. (1997). *Lostchildhoods: The plight of the parentified child*. New York: Brunner/Mazel.
- Kaës, R. (1998). Os dispositivos psicanalíticos e as incidências da geração. In: A. Eiguer et al (Org.). *A transmissão do psiquismo entre gerações: enfoque em terapia familiar psicanalítica* (pp. 5-19). São Paulo: Unimarco.

- Kessler, E., & Staudinger, U. (2007, December). Intergenerational potential: Effects of social interaction between older adults and adolescents. *Psychology and Aging*, 22(4), 690-704.
- Leal, I., & Pereira, A. (2005). Infertilidade: algumas considerações sobre causas e consequências. In I. Leal (Ed.) *Psicologia da gravidez e da parentalidade* (pp.151-174). Lisboa: Fim de Século.
- Losso, R. (2001). *Psicoanálisis de la familia: recorridos teóricos-clínicos*. Buenos Aires: Lumen
- McCullough, P.; & Rutenberg, S. (1995). Lançando os filhos e seguindo em frente. In: B. Carter & M. McGoldrick (Eds.) *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar* (2a Ed., pp. 248-268). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Milevsky, A. (2005). Compensatory patterns of sibling in emerging adulthood: Variations in loneliness, self-esteem, depression and life satisfaction. *Journal of Social and Personal Relationships*, 22(6), 743-755.
- Minuchin, S. (1974). *Families and family therapy*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: funcionamento & tratamento*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- Monteiro, H., & Neto, F. (2008). *Universidades da terceira idade: Da solidão aos motivos para a sua frequência*. Porto: Legis Editora.
- Neto, F. (1999). As pessoas idosas são pessoas: aspectos psicossociais do envelhecimento. *Psicologia, Educação e Cultura*, 3(2), 297-322.
- Osorio, L. (2002). *Casais e famílias: Uma visão contemporânea*. Artes Médicas: Porto Alegre.
- Palermo, F. R., Magalhães, A. S., Féres-Carneiro, T., & Machado, R. (2016) Ambiente conjugal: repercussões na parentalidade . *Cad. Psicanal. (CPRJ)*, 38(34), 129-148 (janeiro – junho).
- Passos, M. C. (2015). Vicissitudes do tempo na formação dos laços familiares. In: T. Féres-Carneiro (Org.) *Família e casal: parentalidade e filiação em diferentes contextos*. (pp. 11-24). Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio.
- Paúl, C. (2005). Envelhecimento activo e redes de suporte social. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 15, 275-287.

Recuperado em 22 de janeiro de 2018 de <http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2392/2189>

Paúl, C., Fonseca, A. M., Martin, I., & Amado, J. (2005). Satisfação e qualidade de vida em idosos portugueses. In: C. Paúl & A. Fonseca (Eds.) *Envelhecer em Portugal: Psicologia, Saúde e Prestação de Cuidados* (pp. 77-95). Lisboa: Climepsi Editores.

Perlman, D., & Peplau, L. A. (1984). Loneliness research: a survey of empirical findings. In: L. A. Peplau & S. Goldston (Eds.) *Preventing the harmful consequences of severe and loneliness*. (pp. 13-46). U.S.: Government Printing Office. \

Ponciano, E.L.T. (2015). Autoridade parental em transformação: pais e filhos na adultez emergente. In T. Féres-Carneiro (Org.). *Família e casal: parentalidade e filiação em diferentes contextos* (pp. 57-72). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Prospectiva.

Ramos, E. (2006). As negociações no espaço doméstico: construir a “boa distância” entre pais e jovens adultos “coabitantes”. In: M. I. Barros (Org.) *Família e gerações* (pp. 39-65). Rio de Janeiro: Editora FGV.

Raposo, H., Figueiredo, B. F.C., Lamela, D. J. P.V., Nunes-Costa, R. A., Castro. M. C., & Prego, J. (2011). Ajustamento da criança à separação ou divórcio dos pais. *Psiquiatria Clínica*, 38(1), 29-33.

Reichert, C. B., & Wagner, A. (2007). Autonomia na adolescência e sua relação com os estilos parentais. *Psico*, 38 (3), 292-299 (setembro – dezembro).

Simões, J. A. (2004) Provedores e militantes: imagens de homens aposentados na família e na vida pública. In: C. E. Peixoto (Org.) *Família e envelhecimento*. (pp.25-56). Rio de Janeiro: Editora FGV.

Spira, M., & Wall, J. (2006). Issues in multigenerational families: Adolescents' perceptions of grandparents' declining health. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 23(4), 390-406.

Vasconcelos, A. C. D., & Souza, M. B. (2006). As noções de educação e disciplina em pais que agridem seus filhos. *Psico*, 37 (1), 15-22.

Wagner, A., Predebon, J., Mosmann, C., & Verza, F. (2005). Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Psicologia:*

Teoria e Pesquisa, 21(2), 181-186, <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722005000200008>.

Walsh, F. (1995) A família no estágio tardio da vida. In: B. Carter & M. McGoldrick (Eds.) *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. (2a ed., pp. 269-287). Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

Winnicott, D. (1990). *Natureza humana*. Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1988)

Winnicott, D. (2005). *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1986)

Winnicott, D. (2011). *A família e o desenvolvimento individual*. (4a ed.) São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1965).

Zimerman, G. I. (2000). *Velhice, aspectos biopsicossociais*. Porto Alegre: Artemed Editora.

Zornig, S. (2008). *A criança e o infantil em psicanálise*. São Paulo: Escuta.

Anexo 1 - Roteiro de Entrevista

Parentalidade

Como é ser filho do seu pai/mãe?

Núcleo Familiar e Rede de Apoio

Como foi crescer na sua família?

Como era o convívio com irmãos/ tios/avós?

Como era o dia a dia?

E os finais de semana?

Desenvolvimento infanto-juvenil

Como seus pais lidavam com a sua autonomia?

Você se sentia cuidado pelos seus pais?

Seus pais contavam com você para alguma coisa?

Havia regras e limites?

Você tinha algum tipo de preocupação com as questões familiares?

O que você acha do modo como seus pais educaram você?

Expectativas

Quando criança/ adolescente, você sentia seus pais disponíveis?

Vocês conversavam sobre os planos futuros?

Vida Adulta

Você percebe algum impacto do contexto onde você foi criado na sua vida hoje?

Como foi sair de casa?

Como foi a relação com seus pais após a saída de casa? Eles solicitam a sua ajuda?

Hoje, você tem algum tipo de preocupação com as questões familiares?

Anexo 2 - Questionário sobre a parentalização

As seguintes afirmações são possíveis descrições de experiências que você possa ter tido durante o seu crescimento. Se a afirmação descrever de forma precisa uma parte de sua experiência infantil, isto é, do tempo em que você morou em casa, com a sua família (incluindo a sua adolescência), marque a afirmação como verdadeira. Se a afirmação não descrever de forma precisa a sua experiência, marque-a como falsa.

1. Difícilmente eu achava necessário fazer as tarefas de outros membros da família.

Verdadeira Falsa

2. Às vezes sentia que eu era a única pessoa com quem minha mãe/pai podia contar.

Verdadeira Falsa

3. Os membros da minha família dificilmente me procuravam para pedir conselhos.

Verdadeira Falsa

4. Na minha família frequentemente me sentia solicitado(a) a fazer mais do que a minha parte.

Verdadeira Falsa

5. Frequentemente, me sentia como não pertencendo à minha família.

Verdadeira Falsa

6. Sentia-me mais valorizado(a) na minha família quando alguém me fazia confidências.

Verdadeira Falsa

7. Parecia que já havia problemas suficientes em casa para eu criar mais algum.

Verdadeira Falsa

8. Na minha família, eu achava que o melhor era deixar cada um resolver os seus próprios problemas.

Verdadeira Falsa

9. Muitas vezes, sofri calado(a) ao ser solicitado(a) para fazer certas tarefas.

Verdadeira Falsa

10. Na minha família parecia que eu, geralmente, acabava sendo responsável pela maior parte do que acontecia.

Verdadeira Falsa

11. Na minha mente, o bem-estar da minha família era a minha prioridade.

Verdadeira Falsa

12. Se alguém na minha família tivesse um problema, dificilmente era eu a pessoa que procuravam para ajudar.

Verdadeira Falsa

13. Frequentemente eu era responsável pelos cuidados físicos de algum membro da minha família, por exemplo, dar banho, alimentar, vestir etc.

Verdadeira Falsa

14. Na minha família, as pessoas não eram do tipo que tomavam partido.

Verdadeira Falsa

15. Muitas vezes parecia que os meus sentimentos não eram levados em conta na minha família.

Verdadeira Falsa

16. Frequentemente me sentia para baixo sem conseguir saber o motivo.

Verdadeira Falsa

17. Na minha família, havia certos membros com quem eu podia lidar melhor do que com outros.

Verdadeira Falsa

18. Frequentemente eu preferia a companhia de pessoas mais velhas do que eu.

Verdadeira Falsa

19. Dificilmente me sentia sem o apoio dos membros da minha família.

Verdadeira Falsa

20. Dificilmente me envolvia nos conflitos entre os meus pais.

Verdadeira Falsa

21. Geralmente me sentia à vontade ao dizer para os membros da família como me sentia.

Verdadeira Falsa

22. Dificilmente me preocupava com as pessoas da minha família.

Verdadeira Falsa

23. Quando era criança, as pessoas me achavam maduro(a) para a minha idade.

Verdadeira Falsa

24. Na minha família, frequentemente me sentia como um juiz.

Verdadeira Falsa

25. Na minha família, eu iniciava quase todas as atividades de lazer.

Verdadeira Falsa

26. Parecia que os membros da família estavam sempre me trazendo os seus problemas.

Verdadeira Falsa

27. Meus pais já tinham obrigações suficientes para terem também que se preocupar com as tarefas domésticas.

Verdadeira Falsa

28. Na minha família, frequentemente eu fazia sacrifícios que passavam despercebidos pelos demais membros da família.

Verdadeira Falsa

29. Meus pais me ajudavam muito quando eu tinha algum problema.

Verdadeira Falsa

30. Se um membro da minha família estivesse aborrecido, quase sempre eu me envolvia de alguma forma.

Verdadeira Falsa

31. Geralmente eu conseguia evitar fazer as tarefas domésticas.

Verdadeira Falsa

32. Acredito que a maioria das pessoas me compreendia muito bem, especialmente os membros da minha família.

Verdadeira Falsa

33. Quando era criança, queria fazer todo mundo na minha família feliz.

Verdadeira Falsa

34. Dificilmente meus pais discordavam um do outro nos assuntos importantes.

Verdadeira Falsa

35. Frequentemente me sentia mais como um adulto do que uma criança na minha família.

Verdadeira Falsa

36. Tendia mais a passar meu tempo com amigos do que com membros da família.

Verdadeira Falsa

37. Raramente os membros da minha família precisavam que eu cuidasse deles.

Verdadeira Falsa

38. Eu ficava bastante incomodado(a) quando as coisas na minha casa não corriam bem.

Verdadeira Falsa

39. De maneira geral, as responsabilidades eram divididas igualmente na minha família.

Verdadeira Falsa

40. Na minha casa, eu dificilmente cozinhava.

Verdadeira Falsa

41. Eu participava ativamente da administração do dinheiro na minha família.

Verdadeira Falsa

42. Em tempos de crise, eu ficava muito bem.

Verdadeira Falsa

Anexo 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Instituição de origem: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Título da pesquisa: Filhos da parentalidade tardia: infância e adultez

Mestranda: Paula de Mello Navarro

e-mail: paulamnavarro@gmail.com tel. (21) 988828887

Orientadora: Professora Terezinha Féres-Carneiro

e-mail: teferca@puc-rio.br tel. (21) 991110180

Você está sendo convidado a participar deste trabalho de pesquisa, que pretende investigar as repercussões da parentalidade tardia na vida dos filhos, sob a perspectiva dos mesmos. Ele se justifica tendo em vista ser cada vez mais comum que os casais adiem a parentalidade, havendo um desencontro do ciclo vital “tradicional” demarcado pelas etapas desenvolvimentais. A literatura sobre a parentalidade tardia, em especial na perspectiva dos filhos, é escassa. É importante, portanto, conhecer o desenvolvimento dos filhos de pais mais velhos e como as características dessa infância repercutem na vida adulta.

A pesquisa será realizada a partir de uma entrevista gravada e, posteriormente, transcrita, permanecendo sob a responsabilidade da pesquisadora todo e qualquer dado de identificação. Após a entrevista, será entregue um questionário para ser preenchido. Todas as informações têm caráter confidencial e sua identidade será mantida em sigilo.

Sua participação é voluntária, estando livre para interromper a entrevista, ou deixar de responder ao questionário, quando assim desejar; fazer as perguntas

que julgar necessárias; recusar-se a responder perguntas ou falar de assuntos que lhe possam causar qualquer tipo de constrangimento.

Este termo de consentimento é elaborado em duas vias, que quando assinadas uma ficará com o participante e a outra com a pesquisadora. Assinando este termo, você estará autorizando a pesquisadora a utilizar, em ensino, pesquisa e publicação, as informações prestadas na entrevista e no questionário, sendo preservada sua identidade e de seus familiares.

Tendo lido os esclarecimentos sobre a pesquisa acima mencionada, autorizo a pesquisadora a realizar a entrevista e a utilizar os dados da mesma e do questionário em ensino, pesquisa e publicação, sendo preservada a minha identidade e a de meus familiares.

Rio de Janeiro, ___/___/___

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora